

**ESCOLA POLITÉCNICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO CIVIL**

URBANISMO: HISTÓRIA E DESENVOLVIMENTO

**ALEX KENYA ABIKO
MARCO ANTONIO PLÁCIDO DE ALMEIDA
MÁRIO ANTÔNIO FERREIRA BARREIROS**

1995

ÍNDICE

1 A origem do homem moderno	3
2 A pré-história, a história e a origem das cidades	3
3 Os primeiros sítios habitados	6
4 A evolução da cidade ocidental na Antigüidade	6
4.1 A cidade na Mesopotâmia	7
4.2 A cidade no Egito	9
5 As cidades-estados de Creta e da Fenícia	11
5.1 As cidades-estados de Creta	11
5.2 As cidades-estados da Fenícia	12
6 As cidades-estados da Grécia	12
7 A cidade romana	20
8 A cidade muçulmana	25
9 A cidade medieval	28
9 A cidade do renascimento	34
10.1 A cidade clássica	34
10.2 A cidade barroca	35
11 A cidade na era industrial	37
12 A evolução urbana e as teorias do urbanismo moderno	39
13 O urbanismo na cidade do presente	44
14 Referência Bibliográfica	46

1 A origem do homem moderno

Após o término do II Guerra Mundial, as investigações sobre a origem da humanidade alcançaram um notável progresso com a descoberta de técnicas de datação por meio do carbono-14, que permitiram determinar a época em que se formaram os primeiros sítios arqueológicos com apreciável rigor.

Atualmente, com a descoberta de novas técnicas científicas (ex. análise da base genética - DNA), pesquisadores, antropólogos e arqueólogos, entre outros, tem conseguido, não só nos locais de escavação, mas ainda nos laboratórios e centros de computação, retrazar a história da humanidade desde as mais remotas eras com significativa precisão.

Estudos realizados mostram que os fósseis, de hominídeos, mais antigos achados até agora são representados por aqueles encontrados nas proximidades do lago Baringo, no Quênia. Entretanto, os fósseis mais conhecidos e numerosos são os que foram localizados, também na África Oriental, nas regiões de Lateoli, Tanzânia e de Hadar, Etiópia, correspondendo à cerca de 3,6 e 2,9 milhões de anos, respectivamente. (FORATTINI apud LEAKEY, 1992)

A origem provável do homem moderno está ligada a duas hipóteses opostas. A primeira, referente à teoria da origem múltipla, -- que continua sendo a mais aceita por grande número de pesquisadores -- pressupõe que várias populações ancestrais do *Homo erectus*, em diferentes partes do mundo, teriam evoluído de maneira independente umas das outras em direção ao *Homo sapiens*, passando pela forma arcaica como a neandertálica, para então chegar à forma moderna. E a segunda, a teoria única, que considera origem única na África, seguida de amplos movimentos migratórios, do qual resultou a substituição das formas arcaicas e a sua conseqüente evolução até a forma moderna. (FORATTINI, 1992)

O estudo da evolução humana de 2,5 milhões de anos atrás até atingir a fase atual mostra que o desenvolvimento da cultura e da tecnologia foi o principal fato ocorrido que garantiu o sucesso humano. Pode-se dizer que o desenvolvimento intelectual, sobretudo a invenção da fala e da linguagem, possibilitaram ao homem assumir um lugar de destaque na história da evolução.

2 A pré-história, a história e a origem das cidades

As pesquisas indicam que o homem apareceu na face da terra há alguns milhões de anos e durante um longo período viveu coletando seu alimento e procurando abrigo no ambiente natural.

Para a arqueologia, a história da civilização humana começa na pré-história e continua na história até o presente século. O estudo da Pré-história é muito difícil, pois depende da análise de documentos não escritos, como restos de armas, utensílios de uso diário, pinturas, desenhos, etc.

De acordo com ARRUDA (1993), os estudiosos em geral costumam distinguir três grandes etapas na evolução do homem durante a Pré-história: a antiga Idade da Pedra ou Paleolítico Inferior (500 000 - 30 000 a.C.) e o Paleolítico Superior (30 000 - 18 000 a.C.); nova Idade da Pedra ou Neolítico (18

000 - 5000 a.C.) e a Idade dos Metais (5000 - 4000 a.C.). Ressalta-se que, convencionalmente, a divisão entre História e Pré-história tem como marco a invenção da escrita, ocorrida por volta do ano 4000 a.C.

Durante o período da Idade da Pedra (Paleolítico Inferior), o homem vivia em um estado cultural voltado para a caça, pesca, recolhendo alimentos da própria natureza e começando a fabricar os primeiros instrumentos (arcos e setas, objetos de pedra, etc.).

No período Paleolítico Superior, ocorre uma diminuição das habituais fontes de carne, provavelmente em virtude das extremas variações de calor e frio, chuva e secas ocorridas nesse período. O homem para subsistir, volta-se, em grupos, à atividade da colheita. Objetos encontrados, pertencentes a essa época, revelam progressos consideráveis na fabricação de instrumentos: por exemplo, serras de madeira com filas de pequenas lascas geométricas de pedra, para servirem de dentes.

A necessidade de segurança, convivência, permuta e, principalmente, da impossibilidade da comunidade subsistir sem alimento, leva essas comunidades a passarem do estágio de nomadismo para a fixação em locais específicos.

Quando o homem sai do estágio da colheita, e começa a desenvolver técnicas de pastoreio e agricultura, tem-se o início do período neolítico ou a nova Idade da Pedra. Neste estágio civilizatório, o homem passa também a organizar o espaço em que habita, a irrigar o solo, a selecionar sementes e cultivar algumas plantas comestíveis, a domesticar um pequeno número de animais, a fabricar objetos de cerâmica, conhecer as estações do ano e, conseqüentemente, começa a modificar seu meio ambiente.

No fim do Paleolítico Superior existiu uma fase de transição para o período Neolítico, chamada Mesolítico. Nesse período aumentou a precisão dos trabalhos em osso, preparando a verdadeira revolução que ocorreria na época neolítica. (ARRUDA, 1993)

Segundo MCEVEDY (1990), a “transição do modo de vida do Mesolítico para o Neolítico é um momento de viragem, no desenvolvimento social e econômico do homem, comparável, em importância, às revoluções industrial e científica dos séculos XIX e XX. O contraste entre um acampamento mesolítico e uma aldeia de camponeses do Neolítico é tão frisante que justifica perfeitamente o termo *revolução neolítica*”. Convém destacar, entretanto, que as origens reais da agricultura continuam pouco compreendidas.

O conhecimento da técnica de fundição dos metais inaugurou a Idade dos Metais (5000 - 4000 a.C.), fazendo com que o homem abandone progressivamente os instrumentos de pedra; inicialmente, predominavam a produção de cobre, do estanho e do bronze (3000 a.C. no Egito e Mesopotâmia). O ferro apareceu mais tarde (1500 a.C.), na Ásia Menor, ganhando preferência na fabricação das armas.

Com o passar do tempo, as atividades agrícolas passaram a ser incompatíveis com a criação de gado na mesma área, fazendo com que haja a necessidade da separação entre a agricultura e o pastoreio, fato este que pode ser apontado como a primeira divisão social do trabalho: agricultor e o pastor.

O pastor precisava dos produtos agrícolas. O agricultor, por outro lado, necessitava dos produtos animais. Começaram então a aparecer locais para troca, onde pastores e agricultores permutavam os seus produtos. Acontece que nem sempre a troca podia ser procedida de fato: não era ocasião da colheita ou não havia pronta disponibilidade de produtos animais.

Acredita-se que a necessidade de se registrarem as trocas combinadas e as entregas de produtos, forçou o aparecimento da escrita. Nessa direção, pode-se afirmar também que a moeda foi criada como meio para facilitar as trocas de produtos.

Em fins do período neolítico e princípios do período histórico, isto é, aproximadamente no ano 4000 a.C., começam a se formar os primeiros agrupamentos humanos, com características de cidade. O aumento da densidade populacional vai, aos poucos, transformando as antigas aldeias em cidades, e conseqüentemente provocando alterações na esfera da organização social.

Para BENEVOLO (1993), a cidade -- local de estabelecimento aparelhado, diferenciado e ao mesmo tempo privilegiado, sede da autoridade -- nasce da aldeia, mas não é apenas uma aldeia que cresceu. Ela se forma quando os serviços já não são executados pelas pessoas que cultivam a terra, mas por outras que não têm esta obrigação, e que são mantidas pelas primeiras com o excedente do produto total. Nasce, assim, o contraste entre dois grupos sociais, dominantes e subalternos: os serviços já podem se desenvolver através da especialização, e a produção agrícola pode crescer utilizando estes serviços. A sociedade se torna capaz de evoluir e de projetar a sua evolução. A cidade, centro maior desta evolução, não só é maior do que a aldeia, mas se transforma com uma velocidade muito maior. De acordo com GOITIA apud SPENGLER (1992), “o que distingue a cidade da aldeia não é a extensão, nem o tamanho, mas a presença de uma alma da cidade, (...) a coleção de casas aldeã, cada uma com a sua própria história, converte-se num *todo conjugado*. E este *conjunto* vive, respira, cresce, adquire um rosto peculiar, uma forma e uma história internas”.

Assim, com o contínuo aumento populacional, somado com a consolidação da prática da agricultura intensiva surgiu um novo estilo de vida, o qual induziu a mudanças fundamentais, na economia e nas ordens social, tecnológica e ideológica.

A cidade, núcleo dessa evolução, não é apenas maior que a aldeia, ela possui uma velocidade de transformação muito maior, o que determina um salto civilizador e a abertura de novos caminhos para a sociedade, com mudanças profundas da composição e das atividades da classe dominante, que influem sobre toda a sociedade.

3 Os primeiros sítios habitados

Apesar do desenvolvimento das técnicas agrícolas, ocorrido no período Neolítico, ter provocado um aumento populacional nos lugares onde foram aplicadas, esse acréscimo foi mais sensível nas regiões onde a fertilidade do solo era maior, como sucedeu na Baixa Mesopotâmia.

Assim, os primeiros sítios habitados se desenvolveram, essencialmente, nos vales dos rios em virtude da fertilidade do solo, facilidade de irrigação e de transportes. Como exemplos pode-se apontar: Nilo (Egito), Tigre e Eufrates (Mesopotâmia), Hindus (Paquistão) e rios Amarelo e Yang-Tsé-Kiang (China).

De acordo com descobertas arqueológicas, foram localizados no Oriente Médio vestígios dos primeiros aldeamentos baseados no cultivo do trigo e da cevada e na domesticação de cabras e ovelhas. Encontraram-se aldeias em ruínas onde subsistiam os primeiros silos e fornos de padeiro -- Jarimo e Zawi Chemi, no Iraque; Ras Shamra, na Síria, e outras.

Os dois maiores e mais desenvolvidos sítios arqueológicos que se tem conhecimento são Jericó e Çatal Hüyük. De acordo com pesquisas arqueológicas, o sítio de Jericó, localizado no vale do Jordão, região do mar Morto, entre Jerusalém e Amã, é considerado o mais antigo do mundo descoberto até aos nossos dias. A determinação da data por meio do carbono-14 indicou que Jericó havia sido construída em 7000 a.C..

Sabe-se que o sítio de Jericó possuía uma área de 1,6 hectares, protegido por uma vala cortada na rocha e um muro de pedra com sólida torre circular. Existiam edifícios públicos e santuários em seu interior, alguns contendo estátuas de gesso. O sítio de Çatal Hüyük, localizado na planície central da Turquia, ocupava uma área de 13 hectares e não era protegido por muralhas.

Pesquisas arqueológicas constataram que as casas de Çatal Hüyük eram todas semelhantes e próximas entre si, dispendo de uma divisão principal, com dimensões de aproximadamente 6,0 x 4,0 metros. Essas casas não possuíam portas para o lado externo no nível do solo, uma escada de mão passada através da abertura para a sala em baixo permitia o acesso a casa.

Outros importantes sítios arqueológicos conhecidos, que se formaram dentro desse período histórico são: Hacilar (5000 a.C.), na Turquia; Lepenski Vir (5000 a.C.), na Iugoslávia; Ombos (4000 a.C.), no Egito e Pequim, com o nome de Ki (1100 a.C.), na China.

4 A evolução da cidade ocidental na antigüidade

Em relação ao aparecimento das primeiras civilizações, alguns arqueólogos acreditam que elas surgiram próximas aos rios que atravessavam as férteis planícies, onde a agricultura começou a se desenvolver. Durante o V milênio a.C., o domínio de técnicas de irrigação, permitiu estender a colonização dessas regiões até locais antes fora do alcance das comunidades agrícolas. A construção de pequenas valas transversais, que permitiam desviar os cursos de água até os campos próximos, eram uma garantia contra a seca, nos períodos de escassez de chuva.

Entretanto, existem outros arqueólogos que defendem a teoria de que o aparecimento das primeiras cidades ocorreu, não nos grandes vales aluviais, como se julgava até a pouco, mas nas zonas montanhosas que delimitavam uma área fértil, nas vertentes das montanhas do Irã, do Iraque, de Israel, da Jordânia e da Síria.

Durante o IV milênio a.C., os oásis localizados ao longo do curso dos rios Tigre e do Eufrates, na Mesopotâmia, e do Nilo, no Egito, áreas de enorme potencial agrícola, tornar-se-ão as primeiras sedes com as características de uma civilização urbana.

As planícies dessas regiões eram muito férteis, pois as periódicas inundações dos rios traziam para a várzea o limo, um excelente fertilizante natural. Foram, então, utilizadas para o cultivo de diversos cereais (trigo, aveia, centeio, cevada, arroz, milho, etc.) e plantas frutíferas (uvas, figos, damascos, melões, mangas, bananas, morangos, laranja, etc.), proporcionando colheitas excepcionais. Além disso, o terreno aberto favorecia as trocas de mercadoria e de notícias, facilitando as comunicações.

Com o passar do tempo, melhoram-se as técnicas de irrigação e as áreas cultiváveis ampliam-se cada vez mais. A introdução dos metais, da roda, do carro puxado pelos bois, do burro de carga e das embarcações à vela e a remo acelera de modo acentuado o desenvolvimento dessas regiões.

Começava assim, a partir IV milênio, nas cidades localizadas nas planícies pluviais no Egito, a espiral de uma nova economia: o aumento da produção agrícola, da população e o início da concentração do poder e do excedente da produção nas cidades.

O fato de essas cidades estarem localizadas entre o rio e o deserto fez com que se desenvolvessem de forma concentrada. O mesmo não ocorreu com as cidades européias, que, por possuírem um largo campo fértil para produzir, desenvolveram-se de forma espalhada, de acordo com as características de cada região, por todo o continente europeu.

4.1 A cidade na Mesopotâmia

A Mesopotâmia -- região onde viveram os sumérios, os acádios e os assírios -- localizava-se entre os rios Tigre e Eufrates. Acredita-se que por volta de 3500 a.C. surgiram os primeiros povoados nessa região. Inicialmente formaram-se aldeias isoladas, as margens da planície pluvial dos rios Tigre e Eufrates, que foram evoluindo com o desenvolvimento da agricultura.

Segundo ARRUDA (1993), como a Mesopotâmia não era uma região isolada, tornou-se muito difícil determinar exatamente a composição dos povos que lá viveram; por outro lado, também seria difícil que um mesmo reino ou império tivesse sobrevivido durante muito tempo.

Estudos arqueológicos mostram que os habitantes da Mesopotâmia faziam uso da madeira e do betume do vale superior, ao norte, como abrigo e proteção contra as águas. O domínio da técnica de construção de redes de valas de irrigação, canais, e locais de moradia junto à represas, garantia à regularidade da produção agrícola, isso porque havia uma natural ameaça de escassez de água no

começo da estação de crescimento e, havia ainda, a probabilidade de tempestades e enchentes no tempo da colheita. (MUMFORD, 1982)

Sabe-se que as enchentes dos rios da Mesopotâmia eram avassaladoras. Se não houvesse controle, tudo era inundado. A violência das águas do rio Tigre devastava áreas extensas. Foi preciso organização política para construir diques e canais a fim de controlar os rios.

Em relação ao sistema político, na Mesopotâmia cada cidade era governada por um sacerdote que representava o povo, auxiliado por um conselho de anciãos. Esses sacerdotes eram considerados como um verdadeiro Deus. Nesta condição, recebiam “os rendimentos de parte das terras comuns, a maior parte dos despojos de guerra, e administravam estas riquezas acumulando as provisões alimentares para toda a população, fabricando ou importando os utensílios de pedra e de metal para o trabalho e para a guerra, registrando as informações e os números que dirigem a vida da comunidade”.(BENEVOLO, 1993)

Ainda de acordo com o autor, até meados do III milênio a.C., as cidades da Mesopotâmia formam Estados independentes, que lutam entre si para repartir a planície irrigada pelos dois rios.

Por volta do ano 2850 a.C., surgiu a primeira dinastia histórica em Ur. Mas a dinastia mais famosa foi a de Lagash, que acabou vencendo e anexando a cidade de Ur.

Por volta de 2330 a.C. as cidades-estados da Mesopotâmia se uniram sob o controle dos semitas. Originários das orlas do deserto da Arábia, esses povos pastores fundaram algumas cidades às margens do Tigre. A mais conhecida era Acad (que deu origem ao nome acádios). Seu rei, Sargão, conquistou e unificou todas as cidades sumérias, tornando-se o fundador da Dinastia de Agade (acadiana), primeiro império estável (que duraria cerca de um século). Mais tarde sua tentativa é repetida pelos reis sumérios de Ur, por Hamurabi da Babilônia e pelos reis assírios e persas.

Os empreendimentos de Sargão de Acad se caracterizam pela fundação de novas cidades residenciais, onde a estrutura dominante não é mais o templo, mas o palácio do rei. São exemplos desses empreendimentos a cidade-palácio de Sargão II nos arredores de Nínive e, mais tarde, as cidades-palácios dos reis persas, Pasárgada e Persépolis. Tem-se também, a ampliação de algumas cidades que se tornam capitais de império e, onde se concentram não só o poder político, mas também o tráfico comercial e o instrumental de um mundo muito maior, como é o caso de Nínive e da Babilônia. Essas cidades permaneceram, à época, durante muito tempo como símbolos e protótipos de toda grande concentração humana, com seus méritos e seus defeitos. (BENEVOLO, 1993)

Em 2180 a.C. a Dinastia de Agade foi sucedida pela Dinastia Sumeriana. A cidade de Ur consegue recuperar-se e conquistar a hegemonia sobre toda a Suméria, cuja administração burocrática era mais compacta e estável que Agade.

A partir do início do II milênio a.C., as cidades da Mesopotâmia já são muito grandes -- Ur mede cerca de 100 hectares --, abrigando dezenas de milhares de habitantes. Em seus aspectos físicos,

essas cidades são circundadas por muro e fosso, utilizados para a defesa, excluindo o ambiente aberto natural do ambiente fechado da cidade. Na cidade os templos se distinguem das casas comuns por sua massa maior e mais elevada. Os terrenos da cidade são divididos em propriedades individuais entre os cidadãos, em oposição ao campo, que é administrado em comum por conta das divindades. (BENEVOLO, 1993)

Em 2000 a.C., outro povo -- os elamitas -- atacou e destruiu o Império de Ur, pondo fim à independência política da Suméria. O enfraquecimento das cidades sumérias criou condições para a ascensão dos semitas, que se achavam concentrados em torno da cidade de Babilônia. (ARRUDA, 1993)

Em 1800 a.C. a cidade da Babilônia, planejada por volta de 2000 a.C., passou a ser a capital e centro religioso da Mesopotâmia, dando início ao 1º Império Babilônico (1800 - 1600 a.C.). A cidade apresentava um formato de um grande retângulo de 2500 por 1500 metros, cercada por muralhas, era dividida em duas metades pelo rio Eufrates. Toda a cidade, e não somente os templos e palácios, parece traçada com regularidade geométrica: as ruas eram largas e retas e de largura constante, os muros se recortam em ângulos retos e possuía prédios de 3 e 4 pavimentos.

Um dos primeiros reis babilônicos foi Hamurabi (1728 - 1686 a.C.). Esse soberano, além de ampliar o Império através de conquistas territoriais, tornou-se sobretudo um legislador, responsável pelo primeiro código de leis que se conhece: o Código de Hamurabi.

Segundo ARRUDA (1993), destacam-se também, na história do Oriente Médio, os seguintes Impérios, que sucederam o 1º Império Babilônico: o Império Assírio (1875 - 612 a.C.), o 2º Império Babilônico (612 - 539 a.C.) e o Império Persa (539 - 331 a.C.).

4.2 A cidade no Egito

Uma das mais antigas civilizações do mundo é a egípcia, desenvolvida por mais de quarenta séculos no continente africano.

O estudo da origem da civilização urbana no Egito apresenta algumas dificuldades aos arqueólogos, uma vez que, os estabelecimentos mais antigos foram eliminados pelas enchentes anuais do rio Nilo.

As grandes cidades mais recentes, como Tebas e Mênfis, se caracterizam por habitações modernas e monumentos de pedra, tumbas e templos e não pelas casas e palácios nivelados sobre os campos. (BENEVOLO, 1993)

No Egito a agricultura se desenvolveu no vale do rio Nilo, sustentada pela cheia anual que trazia água e um rico depósito de limo. Nesse vale as primeiras comunidades de camponeses cresceram e prosperaram, sendo que, no início, elas eram independentes e autônomas, sendo posteriormente unificadas sob um único governo.

O Egito antigo, já unificado, foi governado por Faraós, os quais, tinham o domínio preeminente sobre o país inteiro. O faraó recebia um excedente de produtos bem maior que o dos sacerdotes da

Mesopotâmia e, segundo BENEVOLO (1993), com “esses recursos, ele constrói as obras públicas, as cidades, os templos dos deuses locais e nacionais, mas sobretudo sua tumba monumental, que simboliza a sua sobrevivência além da morte e garante, com a conservação de seu corpo, a continuação de seu poder em proveito da comunidade”.

Em 3100 a.C., Menés, rei do Alto Egito (Egito do Sul) torna-se o primeiro faraó da 1ª Dinastia do Egito¹, conquistando o delta do Nilo. Funda a cidade de Mênfis nas proximidades do vértice do delta e cerca-a com um muro. Nessa época, foi inventada a escrita hieroglífica² e muitas convenções utilizadas na arte egípcia nos próximos 3000 anos.

A 1ª e 2ª Dinastias (3100 - 2685 a.C.) constituem o período de formação do Antigo Egito. Verifica-se, nesse período, grande progresso em obras de cantaria, metalurgia do cobre e habilidades técnicas diversas. As condições de vida melhoraram e a população cresce.

Durante a 3ª e 5ª Dinastias (2685 - 2180 a.C.), o imenso poder e prestígio da monarquia egípcia se reflete na construção da primeira grande pirâmide. Nesse período é construído também o primeiro monumento feito inteiramente em pedra trabalhada. Foi a pirâmide dos degraus do rei Zoser, em Saqqara.

Segundo OLIVEIRA a história das 31 dinastias que existiram no Egito, ocupa mais de 4000 anos, sendo que a 4ª dinastia, a dos construtores de pirâmides, reinou entre 3700 e 3550 a.C..

As pirâmides de Quéops e de seu filho Quéfrem, em Gizé, construídas na 4ª Dinastia, são, sem dúvida, as mais extraordinárias pirâmides construídas. Foram feitas em face lisa, um grande avanço em substituição às pirâmides escalonadas. Destaca-se a utilização dos planos inclinados para elevar os grandes blocos de pedra ao cimo das construções.

A história, como se desenrola no Egito apresenta, como característica, uma devoção ao culto religioso, uma deificação do faraó, que por muito tempo dividiu sozinho com os deuses o dom da imortalidade, além de concentrar absolutamente o poder. A crença numa vida pós-morte era extremamente importante para os egípcios e foi a força motivadora para a construção de monumentos tão fantásticos como as grandes pirâmides e a esfinge. Para os egípcios, não havia nada tão valioso como a segunda vida, após a morte.

Segundo BENEVOLO (1993), no Egito, sobretudo nos primeiros tempos, os monumentos não formam o centro da cidade, mas são dispostos *de per se* como uma cidade independente, divina e eterna, que domina e torna insignificante a cidade transitória dos homens. A cidade divina é construída de pedra para permanecer imutável no curso do tempo; é povoada de formas geométricas simples: prismas, pirâmides, obeliscos, ou estátuas gigantescas como a grande esfinge, que não observam proporção com as medidas do homem e se aproximam, pela grandeza, dos elementos da

¹ A história da civilização egípcia divide-se em dois períodos: Período Pré-Dinástico e Período Dinástico. O Período Pré-Dinástico vai de 4000 a.C. até 3200 a.C., quando acontece a unificação do Egito. O Período Dinástico vai de 3200 a.C. até 525 a.C., quando foi invadido pelos Persas.

paisagem natural; é ocupada pelos mortos, que repousam cercados de todo o necessário para a vida eterna, mas é feita para ser vista de longe, com o fundo sempre presente da cidade dos vivos.

O Império Egípcio foi governado por uma série de Dinastias de reis naturais do Egito, assim como, de reis provenientes do estrangeiro, até 30 a.C., ano em que foi conquistada pelos romanos e tornou-se uma província do Império Romano.

5 As cidades-estados de Creta e da Fenícia

5.1 As cidades-estados de Creta

Na Ilha de Creta -- entre o Mar Mediterrâneo e o Mar Egeu -- existiu (3000 a 2000 a.C.) uma das mais brilhantes civilizações da Antigüidade: a civilização cretense ou egéia.

Segundo ARRUDA (1993), não se conhece ao certo a origem dos povoadores da Ilha de Creta. Provavelmente eram de raça ariana e chegaram a Creta através das ilhas do Mar Egeu, procedentes da Ásia Menor. Outros levantam a hipótese de que os cretenses eram povos autóctones³, originários da área do Mediterrâneo.

Ainda de acordo com o autor, os cretenses foram os fundadores do primeiro império marítimo que se conhece. Com a madeira das florestas da ilha, construíram navios de até 20 metros de comprimento. Mas não navegavam em alto-mar, limitando-se à navegação de cabotagem entre um ponto e outro da costa; as numerosas ilhas do Mar Egeu facilitavam essas viagens.

Nas férteis planícies da ilha, os cretenses cultivavam cereais, vinhas e oliveiras; instruídos pelos imigrantes vindos do Oriente, os artesãos cretenses revelaram grande habilidade no trabalho com metais e com cerâmica. Vasos fabricados com excelente cerâmica, artisticamente decorados, bem como vasos de bronze, eram vendidos em todo o Mediterrâneo Oriental.

O domínio da técnica de construção de barcos e da navegação, somado a capacidade de produzir objetos em metais -- cobre, ouro, prata, bronze -- e cerâmicos e a capacidade de produzir excedentes agrícolas fizeram com que os mercadores cretenses monopolizassem o comércio no mar Egeu.

Na ilha de Creta fundam-se as cidades de Mália, Cnossos e Faistos. Essas duas últimas destacam-se em relação às demais, construindo grandes palácios.

Essas cidades cretenses, das quais temos ruínas bem conservadas de alguns palácios, tinham ruas acompanhando as curvas de nível; eram estreitas e pavimentadas, possuindo também, rede de água e esgoto.

Em 1400 a.C. Cnossos foi destruída, provavelmente após uma invasão dos aqueus, vindos da Grécia, interrompendo-se bruscamente o período de prosperidade comercial. Com a queda de Cnossos, Micenas, capital de uma federação de cidades-estados no continente, passa a ter maior importância.

² No Egito existiram três tipos de escrita: o Hieróglifo (escrita sagrada), a escrita Hierática (usada para documentos) e a Demótica (popular).

³ Que é oriundo de terra onde se encontra, sem resultar de imigração ou importação.

Os aqueus, juntamente com os cretenses (egeus) dominados, seriam os mais importantes componentes étnicos do povo grego.

As cidades micênicas possuíam muralhas protetoras, construídas em alvenaria de pedra ciclópica, não existindo entretanto, redes de drenagem ou esgotos canalizados. Com exceção dos templos e das muralhas, os demais edifícios eram de construção simples e perecível, tal qual ocorria no Egito e Mesopotâmia, principalmente.

5.2 As cidades-estados da Fenícia

A Fenícia localizava-se na Região do Líbano atual. Seu território abrangia uma estreita faixa com cerca de 200 quilômetros de comprimento, apertada entre o mar e as montanhas.

Os fenícios eram de origem semita, originários das costas setentrionais do Mar Vermelho; ao longo dos séculos se misturaram com povos de várias raças diferentes. Devido às características geográficas da região que ocupavam -- não havia terra apropriada para a agricultura --, foram obrigados a dedicar-se predominantemente às atividades marítimas. (ARRUDA, 1993)

No estreito litoral da Fenícia surgiram várias cidades: Ugarit, Arad, Biblos, Sidon e Tiro. Por volta de 1500 a.C., essas cidades começaram a substituir o comércio cretense, definitivamente liquidado com a destruição de Gnosos. Eram cidades independentes, verdadeiras cidades-estados. O poder político era quase sempre exercido pelo rei, assistido por um conselho de anciãos ou de magistrados escolhidos entre os grandes comerciantes e proprietários agrícolas.

Em relação a cultura fenícia, apesar de pouco conhecida, sua contribuição principal para a história da civilização foi significativa: a invenção do alfabeto. Por necessidade prática, os fenícios criaram sinais para representar os sons das palavras: 22 sinais gráficos correspondiam a sons de consoantes. Esse alfabeto, completado pelas vogais, tornou-se o alfabeto grego. (ARRUDA, 1993)

As civilizações cretense e fenícia⁴, na época em que floresceram, introduziram o arado primitivo, os canais de irrigação, a domesticação dos animais para tração e a construção de silos para armazenar produtos. Aprimoraram as técnicas de construção, com a utilização de colunas, arcos e cúpulas e desenvolveram a metalurgia, a cerâmica e a preparação dos papiros e das placas de barro, utilizadas para escrever. Outros elementos importantes referentes a essas civilizações são: o cálculo matemático, a geometria, as unidades de peso e medida, o calendário lunar e solar, os estudos de astronomia, de medicina e farmácia.(ARRUDA, 1993)

6 As cidades-estados da Grécia

A Grécia⁵ é o berço de uma das civilizações mais completa da antigüidade. Ainda hoje se busca em seu vocabulário a terminologia científica e filosófica. Na verdade, sob certos aspectos, o gênio grego

⁴ No Oriente Médio, pode-se destacar também a civilização hitita e a dos frígios, cada qual com suas características.

⁵ Existem vários critérios para dividir a história da Grécia. De acordo com ARRUDA (1993), as grandes divisões do processo histórico grego são: o período Pré-Homérico (séculos XX - XII a.C.); o período Homérico (séculos XII - VIII a.C.); o período Arcaico (séculos VIII - VI a.C.); o período Clássico (séculos V - IV a.C.)

jamais foi ultrapassado. A história grega começa no século VIII a.C., mas o período anterior parece ter sido longo, pois ao começar o período histórico, a língua grega já estava perfeitamente formada, bem como sua mitologia.

Segundo MUMFORD (1982), o desenvolvimento da cidade grega sofreu muitos afastamentos institucionais promissores em relação ao modelo original de cidade, tal como se desenvolvera na Mesopotâmia e no Egito. Os gregos, ao que parece, haviam, em certo grau, se libertado das ultrajantes fantasias de poder sem reservas que a religião anteriormente tinha promovido: “suas cidades eram cortadas mais próximo da medida humana e foram libertadas das pretensões paranóicas de monarcas quase divinos, com todas as compulsões e arregimentações acompanhantes do militarismo e da burocracia. Os gregos derrubaram, quando, aliás, ainda mal as haviam desenvolvido, as duras divisões em casta e ocupação, que se haviam introduzido com a própria civilização”.

Para podermos compreender o processo histórico da Grécia é indispensável conhecer o quadro geográfico em que ela encontrava-se inserida. Assim, sabe-se que o território grego era formado por 3 partes: a parte continental, a peninsular e a insular. Geograficamente, podemos dividir a península grega em duas partes proporcionais: a Helade ao norte e o Peloponeso ao sul. Essas duas partes são quase separadas pelo golfo de Corinto.



Fonte: ARRUDA (1993)

Figura 1 Mapa da colonização grega no Mar Mediterrâneo

A Grécia Continental apresenta numerosas cadeias montanhosas e no meio delas existem planícies férteis, isoladas umas das outras. Esse tipo de relevo foi importante para explicar o surgimento de Estados locais, pois as comunicações internas eram muito difíceis. A Grécia Peninsular apresenta um litoral muito recortado, com golfos e baías penetrando fundo no território. Isso facilitava a navegação entre um ponto e outro da costa. A Grécia Insular corresponde as numerosas ilhas espalhadas pelo Mar Egeu. (ARRUDA, 1993)

Os gregos são de origem indo-européia (também chamados arianos). O primeiro grupo indo-europeu a chegar foi o dos aqueus. Aos poucos, os aqueus formaram alguns núcleos urbanos: Micenas,

Tirinto e Argos. Nesse processo de ocupação, assimilaram povos mais antigos existentes na Grécia, os pelágios ou pelasgos, de origem desconhecida. (ARRUDA, 1993)

Destas cidades, a mais importante era Micenas. Os habitantes desta cidade estabeleceram comércio com a Ilha de Creta e desse contato, desenvolveu-se a civilização creto-micênica, fruto da integração de duas culturas. Posteriormente, por volta de 1400 a.C., os gregos tomaram Cnossos, principal cidade de Creta e destruíram a civilização cretense.

A civilização micênica estava se expandindo em direção à Ásia quando, por volta de 1200 a.C., a Grécia é invadida por povos arianos, os dórios. A invasão dos dórios resultou numa grande dispersão do povo nativo, para o interior da Península Balcânica e para a Ásia Menor. Essa dispersão foi denominada de Primeira Diáspora Grega.

A vida urbana desapareceu. A população regrediu para uma vida mais primitiva, voltando a se organizar em pequenas comunidades ou grupos familiares. A célula básica da sociedade grega após o século XII a.C. passa a ser o “*genos*”⁶ -- uma grande família ainda não decomposta em famílias menores, com um único chefe: *pater-famílias*.

A economia do *genos* era quase que exclusivamente agropastoril, apoiada no coletivismo. A transformação dessa sociedade, que resultaria na desagregação dos *genos*, ocorre por dois fatores: o crescimento populacional, não acompanhado no mesmo ritmo pelo crescimento da produção, levou a uma disputa pelas terras mais férteis e a tendência do *genos* à divisão em pequenas famílias, acarretando o enfraquecimento dos laços familiares.

Essa desagregação permitiu que poucos indivíduos passassem a dominar a economia, enquanto que a maioria da população era excluída da divisão dos bens e da produção.

As conseqüências da desintegração da sociedade do *genos* (ou sistema gentílico) foram complexas. Os que permaneceram foram subjugados pelos *eupátridas* -- filhos do pai, parentes mais próximos dos *pater-famílias*. Esta camada deu origem à aristocracia grega, cujo poder resultava da posse da riqueza fundamental -- a terra.

A aristocracia grega, por não possuir a força coletiva do *genos*, começam a unir-se em *frátrias*⁷ (irmandades), com a finalidade de garantir o controle econômico e autoprotegerem. Esse mesmo motivo levou os *frátrias* a formarem as tribos. Da reunião de várias tribos e da aglutinação dos seus vilarejos, surgiu a organização política típica da Grécia antiga: a cidade-estado (*polis*)⁸. (ARRUDA, 1993)

O rompimento da unidade do *genos* foi, portanto, fundamental para o surgimento da cidade-estado, as quais passaram a constituir a própria base da sociedade e seu elemento de união. A cidade grega começava a apresentar suas características próprias: a Acrópole, templo construído numa elevação; a

⁶ De acordo com ARRUDA (1993), os *genos* eram uma espécie de família muito grande; um tipo de clã; os *genos* compunha-se de *gens* (gentes).

⁷ *Frátrias*: reunião de *eupátridas* pertencentes a antigos *genos*; irmandade.

⁸ *Polis*: o mesmo que cidade-estado

ágora, praça central onde se reuniam os habitantes da cidade; e o *Asty*, mercado onde se realizavam as trocas.

Pode-se dizer que a partir do surgimento das cidades-estados, sobre a Grécia, irá se desenvolver uma civilização que aprenderá a viver em cidades, onde o homem irá ter interesse por si mesmo, desligar-se do culto a deuses terríveis, humanizar as divindades e colocar como meta de seus esforços alcançar a beleza através do prazer, do hedonismo e do refinamento. Seu modo de pensar irá fundamentar-se na lógica; estudar e entender os números por influência de Pitágoras, alijar de suas obras de arte os monstros, frutos da imaginação; introduzir o estudo da perspectiva e o realismo, tratando a arte com moderação, laboriosidade e delicadeza. (NONELL, 1977)

Por volta do século X a.C., resultante de um processo de aglutinação de vilarejos e aldeias existentes na planície, localizada a poucos quilômetros do mar e protegida por colinas, surge Atenas, que logo se torna a capital de uma nova *polis*.

Durante o século VIII a.C., iniciou-se uma expansão grega que se prolongou durante os séculos VII e VI a.C., culminando com a ocupação e conseqüente colonização de áreas longínquas na Bacia do Mediterrâneo. Esta expansão é denominada Segunda Diáspora Grega. (ARRUDA, 1993)

Dentro desse contexto histórico, a organização da *polis*, a cidade-estado, tornou possíveis os extraordinários resultados da literatura, da ciência e da arte, transformando também a economia hierárquica tradicional em uma nova economia monetária que, irá estender-se a toda a bacia oriental do Mediterrâneo. Neste ambiente se forma uma nova cultura, que ainda hoje permanece como base da nossa tradição intelectual.

Atenas, beneficiada pela sua estratégica posição geográfica, logo se transforma num centro de comércio no meio do Mar Egeu. Como resultante, os comerciantes e artesãos tornaram-se cada vez mais numerosos e iniciaram um processo de ascensão na escala social. Em breve eles começariam a fazer oposição à oligarquia da aristocracia grega -- os *eupátridas*.

Até o século VII a.C., os *eupátridas* tinham exercido o poder sem contestações, entretanto, a partir de então, viu-se atacada por dois inimigos: os novos comerciantes ricos e os pobres marginalizados⁹. A crise política tornava-se mais grave ainda pelo fato de que a aristocracia não tinha mais o antigo monopólio do poder militar.

Como resultado dessa crise surgem os legisladores: eles representavam uma tentativa de solução reformista para a crise política de Atenas. Em 621 a.C. Drácon foi encarregado de preparar uma legislação para a cidade: a partir do momento em que ela foi aprovada, a administração da justiça deixou de ser um privilégio da aristocracia *eupátrida* e passou ao Estado, que se fortaleceu com isso.

Em 594 a.C. foi indicado um novo legislador: Sólon. A legislação elaborada por ele foi de extrema importância para a sociedade ateniense. Seu objetivo fundamental foi estabelecer uma justiça correta para todos, isto é, uma justiça baseada na igualdade de todos perante a lei. As reformas de Sólon

lançaram os fundamentos do futuro regime democrático de Atenas, implantado por Clístenes em 507 a.C. (ARRUDA, 1993)

Ainda de acordo com o autor, as reformas de Sólon não foram inteiramente aplicadas por causa dos interesses sociais em conflito. As agitações sociais e políticas criaram condições para o aparecimento dos tiranos¹⁰, homens que se apoderaram do poder, exercendo-o de modo ilegal e contrário às leis. Os principais tiranos que governaram Atenas foram: Psistrato (560 a 527 a.C.); Hiparco e Hípias (527 a 510 a.C.) e Iságoras (510 a 508 a.C.).

Psistrato, durante o seu governo fez numerosas reformas: dividiu as propriedades; determinou a participação dos cidadãos nas Assembléias e nos Tribunais; construiu obras públicas, como portos, templos, canais, aquedutos, esgotos, bibliotecas públicas, etc.. Esse período é muito importante para a história da cidade, devido ao aparecimento dos traçados urbanos ortogonais, da realização das primeiras tentativas sistemáticas de planejamento e realização de melhoramentos na cidade.

Desde o século VI a.C. encontram-se os primeiros esboços dessa concepção nas colônias fundadas na Sicília e no Mar Negro; mas, somente na primeira metade do século V, com a reconstrução da cidade de Mileto, destruída pelos persas em 494 a.C., é que se assiste verdadeiramente a construção de um plano ortogonal. Em Mileto, o traçado ortogonal adapta-se bem ao contorno sinuoso do promontório que avança pelo mar dentro, local onde se implantou a cidade. (GOITIA, 1992)

Rapidamente o traçado ortogonal¹¹, adotado na reconstrução da cidade de Mileto, se espalha através do mundo grego. Por volta de 475 a.C. ele é introduzido na Grécia continental pelo filósofo e arquiteto Hipódamo de Mileto, o inventor da divisão regular da cidade. O arquiteto foi também o autor de uma teoria política na qual imaginou uma cidade de 10.000 habitantes, dividida em três classes: uma de artesões, outra de agricultores, e outra de guerreiros, cujo território deveria também ser dividido em três partes: uma consagrada aos deuses, outra pública, e a terceira reservada a propriedades particulares.

O urbanismo de Mileto não se limita ao rigor do traçado, distingue-se também um certo zoneamento: porto militar, *ágora*, santuários, *emporion* (porto comercial) e setores residenciais.

Nas cidades da época clássica (século V - IV a.C.) as ruas são de uma estreiteza que corresponde essencialmente à circulação de pedestres e animais de carga. As ruas mais importantes não ultrapassam quatro ou cinco metros e são ligadas por ruelas, às vezes por escadas, de um e meio a três metros de largura. As aduções de água constituem uma das principais preocupações do urbanismo grego. A água, levada por aquedutos subterrâneos desemboca em fontes públicas.

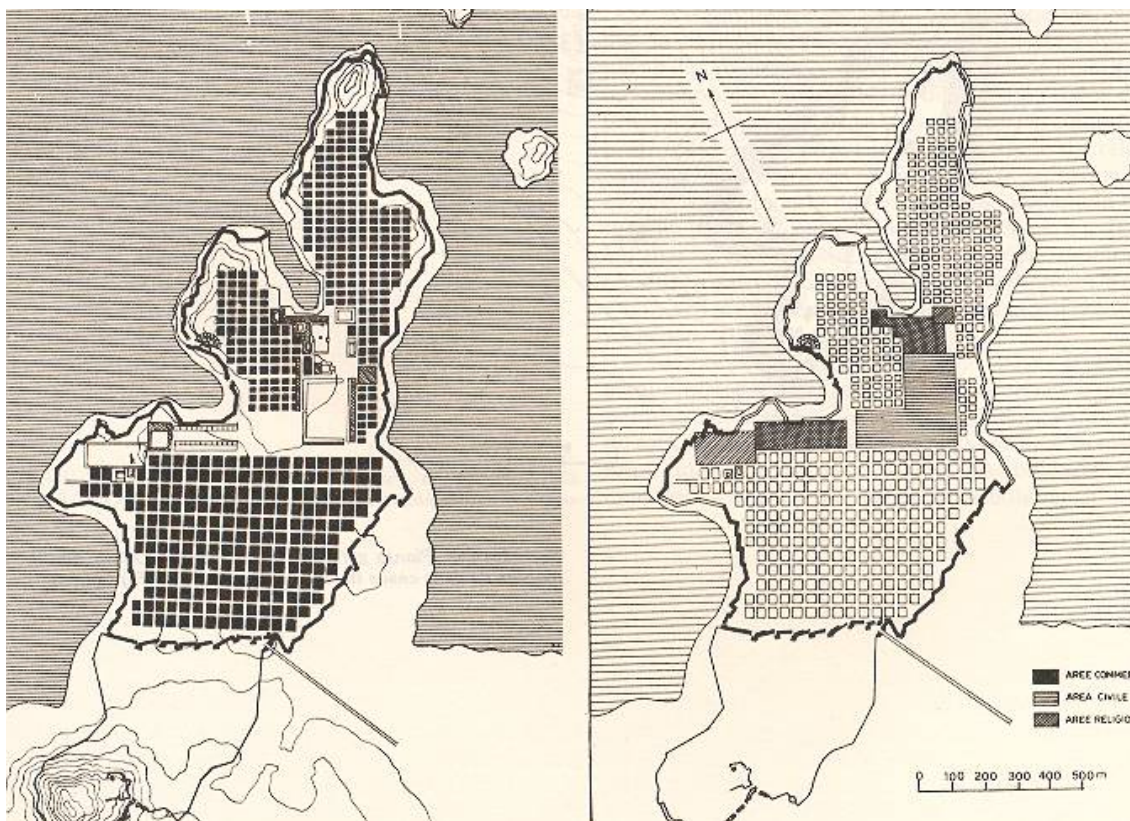
Posteriormente, após a queda dos tiranos, e com a ascensão de Clístenes, em 508 a.C., essas obras de melhoramentos não têm continuidade.

⁹ Eram considerados marginais ou *thetas* aqueles cuja riqueza fosse inferior a 200 *medimnos* por ano.

¹⁰ O tirano não eram necessariamente despótico e opressor, como entendemos a palavra hoje em dia.

¹¹ O emprego do plano ortogonal também é denominado plano "hipodâmico".

Clístenes, um político de origem nobre, ao assumir o governo dá início às reformas que implantariam a democracia. Os princípios básicos da reforma de Clístenes eram: direitos políticos para todos os cidadãos; participação direta dos cidadãos no governo, através do comparecimento à assembléia ou através de sorteio.



Fonte: BENEVOLO (1993)

Figura 2 Planta da cidade de Mileto, organizada no século V a.C. por Hipódamo. Os quarteirões medem cerca de 30 x 52 metros. A figura à direita indica a divisão da cidade em zonas.

Buscando quebrar o antigo sistema baseado na origem regional ou familiar, todo cidadão tinha que se inscrever em uma *demos*¹² e substituir o seu nome de família pelo nome da *demos*. Como a *demos* era o elemento mais importante na reforma de Clístenes, o novo regime passou a chamar-se democracia, isto é, *governo do demos*.

A democracia ampliou a possibilidade de participação do cidadão¹³ ateniense nas decisões políticas, independentemente de sua renda (anteriormente, na república censitária, o poder estava restrito aos cidadãos que possuíssem poder econômico).

De acordo com VICENTINO (1995), numa população¹⁴ de aproximadamente 320 mil habitantes, apenas 40 mil decidiam sobre os destinos da cidade.

¹² Clístenes dividiu a península em três regiões: litoral, cidade e interior. Cada uma dessas regiões foi subdividida em 10 unidades chamadas *demos*. Em seguida, Clístenes organizou 10 tribos, formando cada tribo com três *demos*, uma de cada região. A tribo era formada, portanto, de elementos pertencentes a todas as camadas sociais, quebrando o sistema, da época de Sólon, baseado na origem regional e familiar.

¹³ Cidadão era o indivíduo nascido em Atenas, livre e do sexo masculino. Vale dizer: mulheres, escravos e estrangeiros (não nascidos em Atenas) não possuíam direitos políticos.

Em Atenas, o poder legislativo se apoiava em dois órgãos políticos principais: a *Bulé* e a *Eclésia*. A *Bulé* era um conselho composto por 500 membros encarregados de elaborar projetos de lei, tinha também a função de eleger 10 *estrategos*, os responsáveis pela execução das leis. A *Eclésia* era um tipo de assembléia política, cuja função era aprovar ou rejeitar os projetos encaminhados pela *Bulé* (podiam participar todos os cidadãos com mais de 18 anos de idade). O poder judiciário estava a cargo das *Heliae*, que eram os tribunais de justiça, onde os cidadãos, escolhidos por sorteio, julgavam crimes, impasses e conflitos.

Durante o governo de Clístenes, foi também implementada a *lei do ostracismo* que determinava que qualquer cidadão que ameaçasse a democracia deveria ter seus direitos políticos suspensos. Os crimes sujeitos ao ostracismo eram votados na assembléia e, o cidadão considerado culpado era exilado por 10 anos, sem confisco de bens.

Na Grécia, a cidade é antes de tudo uma comunidade de cidadãos, uma associação de caráter moral, político e religioso. Na prática, a cidade comporta um estabelecimento urbano, mas engloba também os campos.

Ao analisar o organismo das diversas cidades gregas, BENEVOLO (1993) constatou que o caráter da convivência civil se revela por quatro fatos.

O primeiro refere-se a cidade como um todo único, onde não existem zonas fechadas e independentes. Pode ser circundada por muros, mas não subdividida em recintos secundários. As casas de moradia são todas do mesmo tipo, e são diferentes pelo tamanho, não pela estrutura arquitetônica; são distribuídas livremente na cidade e não formam bairros reservados a classes ou a estirpes diversas. Em algumas áreas (na *ágora*, a praça do mercado e, no teatro) toda a população ou grande parte dela pode reunir-se e reconhecer-se como uma comunidade orgânica.

O segundo fato é que o espaço da cidade se divide em três zonas: as áreas privadas ocupadas por casas de moradia, as áreas sagradas -- os recintos com os templos dos deuses -- e as áreas públicas, destinadas às reuniões políticas, ao comércio, ao teatro, aos jogos desportivos etc. No panorama da cidade os templos se sobressaem sobre tudo o mais, porém mais pela qualidade do que por seu tamanho. Surgem em posição dominante, afastados dos outros edifícios, e seguem alguns modelos simples e rigorosos.

O terceiro diz respeito à cidade no seu conjunto, forma um organismo artificial inserido no ambiente natural, e ligado a este ambiente por uma relação delicada; respeita as linhas gerais da paisagem natural, que em muitos pontos significativos é deixada intacta, interpreta-a e integra-a com os manufaturados arquitetônicos. A medida deste equilíbrio entre natureza e arte dá a cada cidade um caráter individual e reconhecível.

¹⁴ Em Atenas a proporção de escravos em relação aos homens livres era de 1 para 4, e a de escravos em relação aos cidadãos era de 1 para 1. (FINLEY, 1981)

E por fim, ainda segundo o autor, o organismo da cidade se desenvolve no tempo, mas alcança, de certo momento em diante, uma disposição estável, que é preferível não perturbar com modificações parciais. O crescimento da população não produz uma ampliação gradativa, mas a adição de um outro organismo equivalente ou mesmo maior que o primitivo (chama-se paleópole, a cidade velha; néapole, a cidade nova), ou então a partida de uma colônia para uma região longínqua.

Justamente por estes quatro caracteres -- a unidade, a articulação, o equilíbrio com a natureza, o limite de crescimento -- a cidade grega vale como referência para outras cidades; dá à idéia da convivência humana uma filosofia precisa e duradoura no tempo.

Em relação à arquitetura grega, esta representa um marco na história das edificações. Nessa direção, JULES (1984) destaca a importância da expressão arquitetônica, como linguagem, uma vez que ela está continuamente evoluindo para novas formas baseadas no passado, ou em contraste com ele.

A *Acrópole*, por exemplo, é reconhecida como uma poderosa expressão de sua era. O *Pártenon* representa o desenvolvimento do estilo clássico e simboliza a mitologia do povo grego. Em contraste com a *ágora*, ele diferencia entre os aspectos comercial e religioso da sociedade. Uma aproximação magnífica em espiral à entrada da *Acrópole* coloca-a em correta justaposição com o resto da sociedade -- ela é separada e mais próxima do céu. Esse simbolismo do orgulho e da democracia ateniense é tão forte que tem sido passado através das idades até o presente. Quase todas as cidades do mundo ocidental têm seu edifício público clássico.

Atenas foi o maior centro cultural do mundo grego. Os templos gregos -- principal manifestação da arquitetura grega -- obedeciam a três estilos arquitetônicos: dórico, jônico e coríntio. Os edifícios no estilo dórico eram representados por construções de pequenas proporções, se o compararmos com os grandes monumentos egípcios. O estilo jônico assemelha-se ao dórico, porém em proporções mais esbeltas -- suave e delicado. O estilo coríntio é caracterizado por um capitel (parte superior de uma coluna, que serve de apoio ao teto) ornamentado em forma de folhas.

Em 338 a.C. os exércitos macedônicos, sob o comando de Alexandre Magno, invadem a Grécia e arrasam as cidades gregas, poupando, entretanto, Atenas. Durante o reinado de Alexandre Magno, tem início o desenvolvimento do período denominado de Helenismo¹⁵ (336 - 330 a.C.), durante o qual se fecha o ciclo da arte grega.

Alexandre Magno fundou mais de 33 cidades, dotadas de instituições semelhantes às das cidades-estados da Grécia, por todo o oriente conquistado, permitindo a expansão da cultura grega.

O urbanismo helênico, fruto desse período, criou as chamadas cidades hipodâmicas, caracterizadas por rigorosa simetria, em contraste com a liberdade dos clássicos gregos.

Em seus estudos sobre os problemas existentes nas cidades gregas, o grego Hipócrates encarava a cidade de maneira concreta, observando os efeitos do ambiente urbano sobre os habitantes, tanto no

¹⁵ A Cultura Helenística é resultante da integração da cultura grega com a cultura oriental.

aspecto físico quanto no aspecto moral. Mas foi preciso chegar no século IV para se instaurar com Platão e Aristóteles, uma verdadeira reflexão urbanística.

Aristóteles (384 a.C. a 322 a.C.), torna-se o grande teórico do urbanismo da Grécia antiga. Ele aconselha a escolha de um sítio, não apenas salubre, mas que permita um abastecimento fácil, devendo a cidade tirar partido, tanto do mar quanto do campo. No que diz respeito à estrutura urbana, ele defende uma especialização dos bairros segundo sua função: comercial ou artesanal, residencial, administrativo e religioso. Ele preconiza especialmente a criação de duas praças bem distintas, uma reservada à vida pública e outra consagrada às atividades comerciais. Quanto às ruas, ele as imagina retas, dispostas regularmente ‘segundo o sistema de Hipódamo’.

Entre 197 a.C. e 31 a.C., todos os antigos reinos helenísticos foram conquistados pelos romanos, os verdadeiros herdeiros do Império de Alexandre Magno.

7 A cidade romana

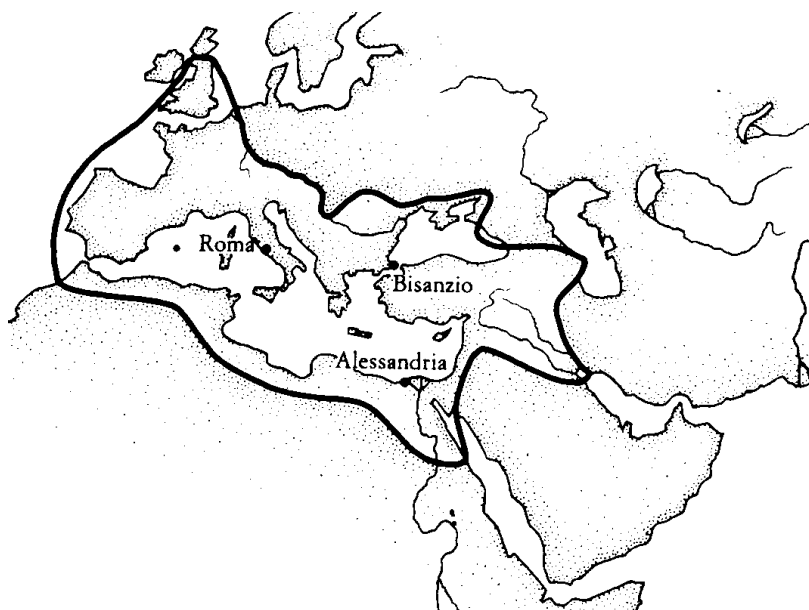
A cidade de Roma, localizada na Península Itálica, no Mar Mediterrâneo, formou-se¹⁶, no século VII a.C., a partir do crescimento de um agrupamento de aldeias e tribos montanhesas fixadas às margens do rio Tibre, na fronteira entre o território etrusco (ao norte da Itália) e o colonizado pelos gregos (ao sul da Itália). Segundo ARAÚJO (1993), do ponto de vista histórico, na sua origem, Roma era um forte construído pelos habitantes do Lácio (latinos e sabinos) para impedir as incursões dos povos etruscos. Os etruscos, ao ocupar o Lácio, no século VII a.C., deram à cidade de Roma a sua estrutura final.

O poder político etrusco declinou a partir do século VI a.C., à medida que Roma ascendia, a princípio libertando-se, depois dominando os latinos da Itália central, antes de voltar-se contra os Estados circundantes: sabinos, équos, volscos e samnitas. Em 265 a.C., a anexação de toda a Etrúria e a subsequente vitória sobre os gauleses da costa do Mar Adriático, deram aos romanos o controle total da Península Itálica. Roma em 500 a.C. controlava cerca de 900 Km²; em 260 a.C., por volta de 26 mil Km². (ARRUDA, 1993)

A cidade se desenvolveu, com a incorporação das culturas grega e etrusca, até transformar-se na capital de um Império, que chegou a unificar politicamente todo o mundo mediterrâneo.

Inicialmente o regime de governo era monárquico e o poder real era considerado de origem divina. O rei era o chefe supremo, assessorado pelo Conselho de Anciãos --denominado Senado --, composto pelos chefes das famílias e pelos sacerdotes. A partir de 509 a.C., tem início o período republicano da história de Roma¹⁷. O regime republicano por sua vez irá se desintegrar com o evento da Guerra Civil (133 - 27 a.C.), que dará origem ao Império Romano, oficialmente implantado em 27 a.C.. (ARRUDA, 1993)

¹⁶ Tem-se como data presumível para o aparecimento de Roma o ano de 754 a.C.



Fonte: BENEVOLO (1993)

Figura 3 Mapa do Império Romano Ocidental - cercando o Mar Mediterrâneo

Segundo NONELL (1977), a arte romana receberá dos etruscos a habilidade na fundição do bronze, inclinação para o retrato, além do sentido prático e da austeridade. É patente também a influência grega, de quem receberá as regras arquitetônicas dórica, jônica e coríntia.

Para ARRUDA (1993), os romanos, de espírito muito hábil, souberam fazer uso das técnicas construtivas existentes, empregando materiais de construção, como os tijolos e o uso da argamassa para erguer muros e tetos. Além disso, criaram novas técnicas de construções, como o arco e a abóbada¹⁸. Aperfeiçoaram as técnicas de engenharia com a construção de pontes (Alcântara), reservatórios de água e aquedutos (Pont du Gard), estradas (Via Ápia), os edifícios com patamares, fachadas e pórticos.

Outra manifestação artística dos romanos refere-se a fusão de tipos diferentes de volumes dentro de um mesmo edifício, que deu origem a todo um sistema arquitetural, cujo exemplo mais característico eram as termas imperiais¹⁹, com arcos, cúpulas e semicúpulas. Entretanto, a arte romana prescindirá do ideal de beleza grego e de seu sentido linear de decoração. (ARRUDA, 1993)

Em relação as cidades romanas, GOITIA apud ROSTOVTZEFF (1992), afirma que “o Império Romano era um agregado de cidades gregas, italianas e provinciais, estas últimas habitadas por naturais, mais ou menos helenizados ou romanizados, da cidade correspondente. Cada cidade tinha uma área rural mais ou menos extensa, que era território seu. Era o território de uma antiga cidade-estado grega ou romana. Cada cidade tinha o seu governo autônomo e a sua vida política local”.

¹⁷ De uma maneira bem resumida, pode-se dizer que a substituição da Monarquia pela República foi um ato dos patrícios (aristocratas proprietários de terras), que afastaram a realeza comprometida com as camadas inferiores.

¹⁸ Abóbada era uma construção feita em arco com pedras talhadas, a qual cobre um certo espaço e cujos elementos se equilibram, transmitindo as pressões a pontos de apoio chamados pés-direito. (ARRUDA, 1993)

Ainda segundo o autor, “sob o ponto de vista urbanístico, as cidades do Império Romano foram herdeiras das gregas, das quais tomaram todos os refinamentos técnicos: esgotos, aquedutos, água corrente, balneários, pavimentos, serviço de incêndio, mercados, etc. Havia-as, como é natural, de vários tipos, conforme a sua evolução histórica, condições do solo, clima e características locais. Havia cidades comerciais e industriais que eram, na realidade, as mais importantes (Roma, Alexandria, Antioquia, Éfeso, Cartago, Leão, etc.); cidades caravaneiras, como as que faziam o comércio com o Oriente (Palmira, Petra, Bostra); cidades que eram capitais provinciais ou de departamentos agrícolas (Verona, Siracusa, (...), Londres, Tarragona, Córdoba, Mérida, Timgad, Cirene, Rodes, Esmirna, Pérgamo, Mileto)”.

Em relação ao traçado, GOITIA (1992) assinala que estes, ou representava o desenvolvimento de povoações locais, que logo foram ampliadas e enriquecidas, ou eram cidades gregas romanizadas que tinham continuado a tradição hipodâmica, ou eram ainda cidades de implantação recente, como as que provinham de antigos acampamentos militares. A contribuição mais original para o traçado das cidades foi precisamente a que ficou devendo a sua origem aos acampamentos militares.

Ainda segundo o autor, “os romanos eram um povo eminentemente prático e organizador, que procurava as soluções simples e claras, sempre preferidas nos grandes empreendimentos coloniais. Faltava-lhes o refinamento artístico dos helenos, e eram mais engenheiros do que arquitetos”.

BENEVOLO (1993) relata que o sistema viário de Roma chegou a possuir uma extensão de 85 quilômetros, sendo composto por ruas tortuosas, quase sempre estreitas ou estreitíssimas. Havia as *itinera*, acessíveis somente aos pedestres; as *actus*, onde passava apenas um carro de cada vez; as *viae*, onde dois carros podiam cruzar-se ou ultrapassar-se. Existiam apenas duas *viae* na parte central da cidade -- a Via Sacra e a Via Nova que flanqueavam o Foro -- e umas vinte na periferia (a Ápia, a Flamínia, a Ostiense, a Labicana, a Latina etc.). Segundo a Lei das Doze Tábuas²⁰, as *viae* “devem ter uma largura máxima de 4,80 metros, e em alguns casos chegam a 6,50 metros”.

Para o resto da cidade, a lei prescreve que “as ruas tenham pelo menos 2,90 metros, para que as casas possam ter balcões no andar superior”.

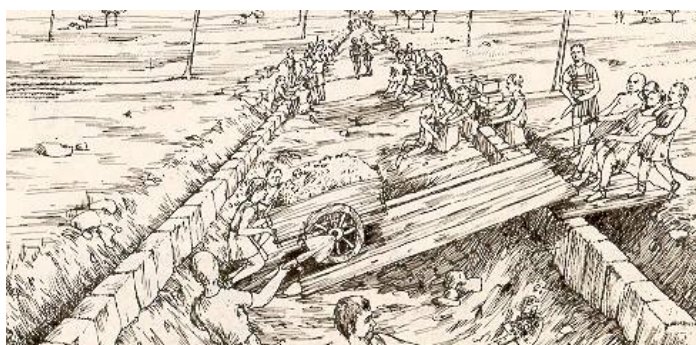
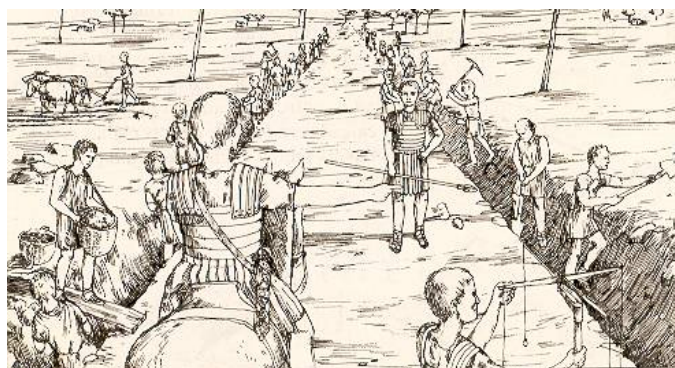
Em relação a pavimentação, a estrada repousa sobre um calçamento artificial de pedras batidas cobertas com saibro cada vez mais fino e revestido com um manto de pedras chatas poligonais. Nos locais onde existe relevo por demais acidentado cortam-se as rochas, de modo que a estrada possa ser reta e plana. A passagem de cursos de água exige a construção de pontes de pedra ou madeira (muitas destas pontes ainda estão funcionando). (BENEVOLO, 1993)

Quanto as habitações, sabe-se que elas eram basicamente de dois tipos: *domus* e *insulae*. Os *domus* eram geralmente térreas, destinadas a abrigar uma família e seus empregados. Alguns *domus* são bastante modestos enquanto que outros são verdadeiros palácios. As *insulae* eram edifícios coletivos

¹⁹ As termas imperiais eram banhos públicos em Roma, construídos pelos imperadores.

²⁰ Lei das Doze Tábuas: legislação urbanística, etc. Elaboradas em Roma, de 450 a 449 a.C.

de vários andares divididos em apartamentos de aluguel, chegando a atingir seis ou sete andares.
(BENEVOLO, 1993)



Fonte: MACAULAY (1989)

Figura 4 Detalhes da execução de uma via romana.

A infra-estrutura era composta de redes de coleta de esgoto e de abastecimento de água. Os esgotos, iniciados no século VI a.C., foram continuamente ampliados e aumentados. Em algumas galerias podiam passar até dois carros de feno lado a lado. Esses esgotos destinavam-se a “recolher as águas das chuvas, a água em excesso dos aquedutos, as descargas dos edifícios públicos e de algumas das *domus* nos andares térreos; muitos outros edifícios, por demais afastados dos esgotos, descarregavam seus refugos nos poços negros ou nas lixeiras abertas, que nunca foram de todo eliminados”.(BENEVOLO, 1993)

A água potável da cidade era fornecida pelos aquedutos, que garantiam o abastecimento de água destinada aos prédios públicos, fontes e termas.

O *fórum* era o local de reunião, centro da vida pública e ao mesmo tempo mercado -- era o coração da cidade romana -- e caracterizava-se por ser uma praça rodeada por edifícios públicos geralmente ligados por colunas inspiradas nos pórticos das *ágoras* gregas. É no *fórum* que se constrói o grande edifício que serve às atividades oficiais como o exercício da justiça pelos magistrados.

Os equipamentos públicos eram construídos em uma praça especial, geralmente em um lugar plano, e eram consagrados aos edifícios destinados ao lazer: teatros, circos, anfiteatro, termas. Dentre os demais edifícios é preciso destacar os palácios; os edifícios administrativos; os templos, as casernas, as prisões, os reservatórios, as fontes, os arcos de triunfo e as numerosas estátuas que ornaram as vias e as praças públicas. (HAROUEL, 1990)

Segundo BENEVOLO (1993), os romanos para a realização dos espetáculos, constroem “os circos (o mais importante, o *Circo Máximo*, ocupa todo o vale entre o Palatino e o Aventino e pode conter cerca de 250.000 pessoas); os teatros (os de Balbo, de Marcelo e de Pompeu, com um número de assentos que varia entre 10.000 e 25.000 lugares); os anfiteatros para os jogos dos gladiadores (o Coliseu, com 50.000 lugares para sentar, e o anfiteatro Castrense); as naumáquinas para os combates navais (as de Augusto e de Trajano, ora desaparecidas, na margem direita do Tibre)”.

No século IV d.C., Constantino transfere a capital do Império Romano para Bizâncio, que toma o nome de Constantinopla. No fim do século, Teodósio divide definitivamente o Império nas metades ocidental e oriental, tendo como capitais Ravena e Constantinopla. Roma perde o caráter de capital.

A história romana se desenvolveu por mais de um milênio, desde a Roma primitiva, século VII a.C. até o ano de 476 d.C., ocasião em que Roma e o Império Romano Ocidental foram finalmente invadidos pelos bárbaros.

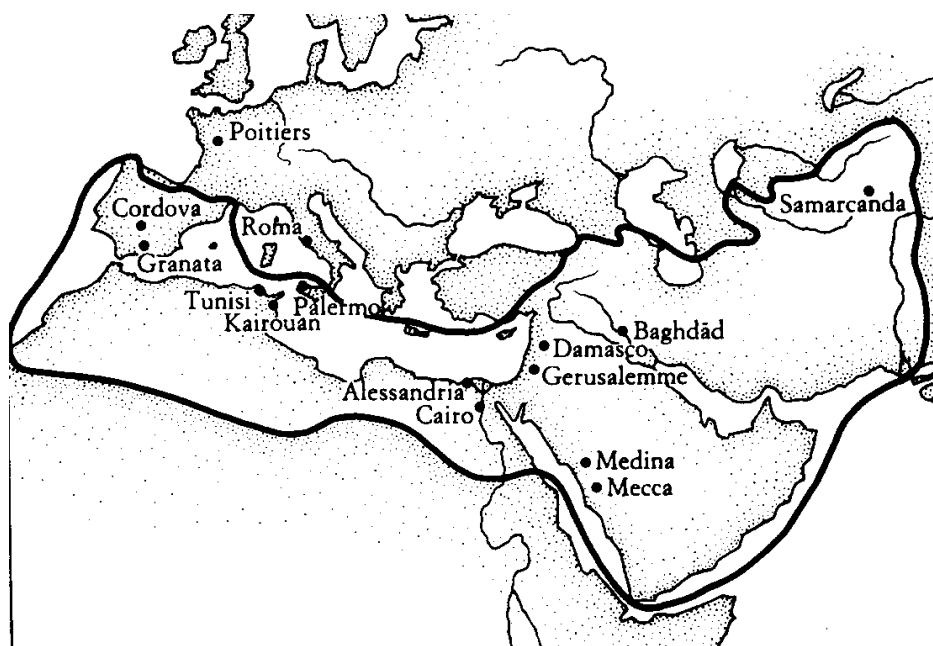
“Ao desmoronar o Império Romano, os seus núcleos urbanos se viram arruinados, e muitos levaram séculos para voltar à dimensão anterior. Em Roma a população se reduziu a menos de 40.000 habitantes e somente neste século voltou à cifra dos seus tempos áureos. Durante um longo período os seus habitantes moraram em espaço urbanos construídos no meio das ruínas que eventualmente eram adaptadas às novas necessidades surgidas. Nos escombros do Império Romano, somente Constantinopla mantinha a primitiva grandeza. E se outras cidades cresceram nesse período, foi principalmente devido ao comércio que floresceu no Mar Mediterrâneo, fomentado pelas metrópoles do Império Árabe que dominava a sua parte meridional”.(ZMITROWICZ, 1990)

De acordo com ARRUDA (1993), “os romanos deixaram notáveis ensinamentos no campo militar, na administração pública, na Arquitetura e, principalmente no campo da ciência jurídica (Direito) e na prática política. O Direito Romano é a base da ciência do Direito de todos os povos contemporâneos. Sua experiência na arte de governar, na economia, na literatura e nas artes serviu de modelo para todos os povos da Europa Ocidental. A língua dos romanos -- o latim -- deu origem a todas as línguas românticas da Europa Ocidental: português, espanhol, francês e italiano”.

8 A cidade muçulmana

Com a queda do Império Romano e de tudo o que este implicava quanto a organização política e institucional, a unidade do mundo mediterrâneo é interrompida por causa da expansão islâmica.

Na opinião de GOITIA (1992), “durante o segundo quartel do século VII, Maomé, o ‘último’ dos profetas, levantou um movimento confessional nos desertos da Arábia com tal força expansiva que envolveu no seu impulso todo o Oriente mediterrâneo até à Índia, todo o Norte de África, Sicília e Sardenha e quase toda a Península Ibérica. Mais de metade do Império Romano de Justiniano²¹ caiu nas suas mãos. A extensão do Islão no seu conjunto e no período do apogeu (séculos VIII, IX e X) superava, em virtude do seu enorme desenvolvimento para oriente, o Império Romano nos dias do seu maior esplendor”.



Fonte: BENEVOLO (1993)

Figura 5 Mapa do território conquistado pelos árabes - que corta em duas partes o Mar Mediterrâneo

Maomé, oriundo de uma família pobre, nasceu em Meca em 570 ou 571 d.C. Aos 15 anos de idade entrou para o comércio de caravanas. Nas suas viagens, Maomé entrou em contato com o cristianismo e o judaísmo, que se tornaram a base do islamismo.

Segundo ARRUDA (1993), “o Islão nasceu em 630, ano em que Maomé destruiu os ídolos da Caaba, símbolos do politeísmo, e em seu lugar introduziu o monoteísmo, representado por um único deus, Alá.

²¹ Imperador Justiniano governou o Império Bizantino (Império Romano do Oriente, cuja capital era Constantinopla) no período de 527-565 d.C.

Para o autor, existem vários fatores para explicar a expansão islâmica: “do ponto de vista social, teve muita importância a necessidade de encontrar novas terras para as populações da Arábia, então muito numerosas. Teve grande influência também a capacidade de integração e miscigenação dos árabes com os povos dominados. Quanto ao aspecto político, era indispensável a unificação do mundo árabe, que desse origem a um verdadeiro Estado. Finalmente, no aspecto religioso, havia a obrigação de fazer a guerra santa, sustentada pela atração do paraíso. Ao morrer em combate, o crente muçulmano sabia que uma grande recompensa o esperava”.

ARRUDA (1993) assinala ainda que “fora do domínio árabe, outros fatores influenciaram a expansão islâmica. Os dois Impérios mais fortes na época eram o Bizantino e o Persa. Os dois se combatiam há séculos, acabando por enfraquecer-se. No Ocidente, a fraqueza dos Estados germânicos que sucederam ao Império Romano facilitou o trabalho dos árabes. Além disso, os árabes permitiam uma relativa liberdade religiosa aos povos que não queriam converter-se ao islamismo. Esses povos podiam manter suas crenças, contanto que pagassem uma soma em dinheiro: o imposto do infiel. Como esses impostos eram mais leves do que os cobrados pelos persas e bizantinos, os árabes eram preferidos pelas populações dominadas por esses dois impérios”.

Segundo BENEVOLO (1993) “os árabes invadem as costas do Mediterrâneo na metade do século VII; encontram primeiro as zonas fortemente urbanizadas do Oriente helenístico, se apoderam das cidades existentes -- Alexandria, Antioquia, Damasco, Jerusalém -- e adaptam-nas às suas exigências: Damasco se torna a primeira capital dos califas Omíadas²² (de 660 a 750 d.C.) e no recinto sagrado da cidade surge a primeira mesquita”.

Ainda de acordo com o autor, nos novos territórios conquistados, “os árabes preferem fundar uma série de cidades novas: Kairouan na Tunísia em 670, Xiraz na Pérsia em 674, Bagdá -- a nova capital dos califas Abássidas²³ -- na Mesopotâmia em 762, Fez no Marrocos em 808, o Cairo no Egito em 969; quando passam para a Espanha (em 711) e para a Sicília (em 827), escolhem como capitais as cidades -- até então secundárias -- de Córdoba e de Palermo, e transformam-nas em grandes metrópoles, com centenas de milhares de habitantes”.

A conquista muçulmana na região do Mediterrâneo teve profundas conseqüências na História do Ocidente. Durante a Idade Média, os árabes enriqueceram o patrimônio cultural do Ocidente com valiosas contribuições.

Destaca-se a introdução de novos produtos agrícolas e novas técnicas de cultivo. No artesanato, produziram artigos refinados em couro, seda e metal. Nas artes, contribuíram com a Arquitetura das mesquitas, com o minarete (torre da mesquita) e a decoração com letras do alfabeto (arabescos²⁴). A ciência árabe realizou notáveis progressos na Física, Química, Matemática, Astronomia; na Literatura, destacam-se os contos As Mil e Uma Noites, o Livro dos Reis e Rubayat, de Omar

²² O autor refere-se a Dinastia do Califa Moaviá Omíada (660 - 750 d.C.)

²³ O autor refere-se a Dinastia do Califa Abassida (750 - 1258 d.C.), que transferiu a capital de Damasco para Bagdá.

Khayan. Na Filosofia, sobressaiu-se o médico e filósofo Ibn Rushd (Averróes), de Córdoba, que traduziu as obras de Aristóteles para a língua árabe e introduziu-as no Ocidente. (ARRUDA, 1993)

De acordo com GOITIA (1992), “o que caracteriza as cidades da civilização islâmica é a sua semelhança, desde o Atlântico ao Golfo Persa. Em nenhuma outra cultura se encontra tão grande semelhança”.

Apesar dessa falta de diversidade urbana da civilização islâmica, BENEVOLO (1993), afirma que é preciso considerar algumas diferenças importantes em comparação com os complexos urbanos do mundo helênico e de Roma. Nessa direção, o autor destaca:

1) “A simplicidade do novo sistema cultural, que está todo contido no Alcorão, produz uma redução das relações sociais. Por isso, as cidades árabes perdem a complexidade das cidades helenísticas e romanas: não têm foros, basílicas, teatros, anfiteatros, estádios, ginásios, mas somente habitações particulares - casas ou palácios - e dois tipos de edifícios públicos: a) os banhos para as necessidades do corpo, que correspondem às termas antigas; b) as mesquitas para o culto religioso, que não têm correspondentes no mundo clássico (...).

2) O Islã acentua o caráter reservado e secreto da vida familiar. As casas são quase sempre de um andar só (como prescreve a religião) e a cidade se torna um agregado de casas que não revelam, do exterior, sua forma e sua importância. As ruas são estreitas (sete pés²⁵, diz uma regra de Maomé) e formam um labirinto de passagens tortuosas -- muitas vezes também cobertas -- que levam às portas das casas mas não permitem uma orientação e uma visão de conjunto do bairro (...).

3) A cidade se torna um organismo compacto, fechado por uma ou mais voltas de muros que a diferenciam em vários recintos (o mais interno se chama *medina*). Cada grupo étnico religioso tem seu bairro distinto, e o príncipe reside numa zona periférica (*maghzen*) protegida dos tumultos. A porta de entrada (*bab*) é muitas vezes um edifício monumental e complicado (com uma porta externa, um ou mais pátios internos e uma porta interna) e funciona como vestíbulo para a cidade inteira”.

Em relação à porta, esta é um elemento primordial na cidade muçulmana, pois, além de um valor simbólico preponderante, tinham também um valor funcional. Não se tratava, em muitos casos, de simples portas, mas sim de verdadeiras composições arquitetônicas, às vezes de grande complexidade.

Na opinião de GOITIA (1992), “o aspecto da cidade muçulmana é muito mais diferenciado que o da cidade clássica e da cidade moderna. Quanto mais complexa, funcionalmente, for uma cidade, mais diferenciada será suas estruturas. Daqui a monotonia das cidades orientais, herdeiras, neste aspecto, das urbes pré-helênicas. O mundo islâmico recebeu boa parte da herança do mundo primitivo oriental, das cidades egípcias e mesopotâmicas. Se conhecêssemos melhor estas últimas, poderíamos

²⁴ Pinturas artísticas com letras do alfabeto.

²⁵ Sete pés equivalem a 2,13 metros. (1 pé = 0,3048 metros)

determinar mais facilmente os antecedentes e a gênese das cidades do Islão, que nos parecem hoje insólitas”.

9 A cidade medieval

Com a queda do Império Romano do Ocidente e de tudo o que este implicava quanto à organização política institucional, o mundo ocidental foi mudando de aspecto, e as cidades decrescem de tal maneira que muitas desaparecem por completo.

A decadência do chamado mundo clássico, foi apressada pelas invasões bárbaras e pelo cristianismo, dando início ao período relativo a Idade Média²⁶. Durante este período, de certa forma, a igreja veio a substituir o Império em sua função histórica e, o ‘Império Eclesiástico’ impediu que a cultura, herdada do mundo antigo desaparecesse.

Após o término do Império Romano, a organização da sociedade européia²⁷ passa por uma remodelação, na qual ocorre a integração entre as estruturas do mundo romano e do mundo germânico (bárbaro), e tornar-se mais independente de poderes centralizadores. O grande poder central, unificador, representado por Roma, perde lugar à uma organização social e econômica descentralizada: o sistema feudal²⁸.

O sistema feudal era um sistema essencialmente agrário e a sua sociedade, também agrária, foi tradicionalmente definida como imóvel, isto é, como uma sociedade dividida em três camadas que não se misturam: dos que lutam (os nobres), dos que rezam (o clero) e dos que trabalham (os servos). As condições sociais básicas da sociedade feudal eram senhor e servo. O senhor se definia pela posse legal da terra, pela posse do servo e pelo monopólio do poder militar, político e judiciário. O servo se definia pela posse útil da terra, pelo fato de dever obrigações e pelo direito de ser protegido pelo senhor. (ARRUDA, 1993)

A própria conceituação do que seja sistema feudal não é consensual. Na opinião de ARRUDA (1993), “partindo do princípio de que o cerne do sistema feudal é a *obrigação servil*, podemos encontrar as seguintes características deste sistema: uma produção *auto-suficiente*, pois se destinava ao consumo e não à troca; uma sociedade *estamental*²⁹, onde cada indivíduo estava preso a seu *status*³⁰, sem poder sair, por causa das obrigações; um poder político *local*, monopolizado pelos senhores feudais e, por isso, descentralizado em relação ao rei.”

²⁶ Segundo ARRUDA (1993) o nome de Idade Média para esse período da História Ocidental foi dado pelos humanistas -- intelectuais da época do Renascimento -- dos séculos XV E XVI. Eles consideravam a Idade Média como um período negro da História, sucedido pelo brilhantismo do Renascimento.

²⁷ Devemos levar em conta que a Idade Média e o sistema feudal são fenômenos típicos da história da Europa Ocidental. O Império Bizantino, o Império Árabe, o Império Persa, além dos outros povos orientais, não conheceram essa forma de organização de vida, própria do mundo ocidental. (ARRUDA, 1993)

²⁸ O feudalismo passou por diversas fases, podendo ser dividido nas seguintes etapas: formação (século IV- IX); cristalização (IX - XII); transformação (XII - XV) e desintegração (XV - XVIII). (ARRUDA, 1993)

²⁹ Estamental: sociedade em que a posição do indivíduo é determinada principalmente pelo nascimento, pelo prestígio.

³⁰ Status: conjunto de direitos e deveres que caracterizam a posição de uma pessoa em suas relações com outras.

O sistema feudal funcionou perfeitamente enquanto a população permanecia razoavelmente estável devido à instabilidade geral e às invasões dos bárbaros. Entretanto, “com a diminuição das ondas invasoras a partir do século XI, voltou a reinar um clima de maior segurança. Isso favoreceu o aumento da circulação de mercadorias na Europa. Esta circulação tinha inicialmente um caráter local, evoluindo até englobar toda uma região, chegando mesmo até a abranger todo o país. Com a evolução do processo, as trocas se tornaram internacionais. (...) Com a maior segurança nas vias de comunicação, estradas e rios, os produtos excedentes, isto é, que não foram consumidos no campo, eram transportados para os mercados surgidos em pontos estratégicos. (...) Numa economia isolada como a economia feudal, as secas, as enchentes, as guerras e outros acidentes naturais provocaram sempre a morte de muitas pessoas. Mas bastou haver maior segurança para ocorrer também a redistribuição da produção. A primeira consequência disso foi que a população começou a crescer em ritmo acelerado, com isso, aumentou o mercado consumidor e, ao mesmo tempo, o número de pessoas disponíveis”. (ARRUDA, 1993)

Com o crescimento demográfico, a cidade medieval, de início uma cidade estritamente campesina, reflexo da sociedade feudal, pouco a pouco vai tomando um papel que se contrapõe ao feudalismo, especialmente após o aparecimento da burguesia.

De acordo com GOITIA (1992), “a cidade da época medieval, propriamente dita, só aparece em começos do ‘século XI, e desenvolve-se principalmente nos séculos XII e XIII. Até esse momento, a organização feudal e agrária da sociedade domina completamente. Frente a esta, o crescimento das cidades é originado principalmente pelo desenvolvimento de grupos específicos, do tipo mercantil e artesão. (...) Com o desenvolvimento do comércio nos séculos XI e XII, vai-se constituindo uma sociedade burguesa que é composta não só de viajantes, mas também por outra gente fixada permanentemente nos centros onde o tráfico se desenvolve: portos, cidades de passagem, mercados importantes, vilas de artesãos, etc. Estabelecem-se nestas cidades pessoas que exercem os ofícios requeridos pelo desenvolvimento dos negócios: armadores de barco, fabricantes de aparelhos de velejar, de barris, de embalagens diversas, e até geógrafos que desenham os mapas marítimos, etc. A cidade atrai, por conseguinte, um número cada vez maior de pessoas do meio rural que encontram ali um ofício e uma ocupação que, em muitos casos, os liberta da servidão do campo. Esta sociedade burguesa que paulatinamente, se vai desenvolvendo, é o estímulo da cidade medieval”.

A explicação de GOITIA (1992), sobre a origem das cidades medievais é uma das teorias respeitadas e aceita por numerosos historiadores e estudiosos. Entretanto, a origem das cidades medievais é uma questão bastante controversa.

De acordo com ARRUDA (1993), a teoria da origem mercantil das cidades pode ser válida para “algumas regiões, como no noroeste da França, a Flandres³¹ e a Alemanha Ocidental. Nesses territórios, a abundância de rios navegantes facilitou as relações comerciais, dando origem aos mercados e, por conseguinte, às cidades. Para outras regiões, entretanto, essa origem mercantil das cidades não parece inteiramente válida. Pesquisadores recentes demonstram, por exemplo, a profunda diferença entre as cidades da Europa Ocidental, Central e Mediterrânea.

Nessa direção, o autor acredita que “é exagerado afirmar que o renascimento das cidades foi provocado exclusivamente pelo renascimento do comércio”. Para ele, “o assunto deve ser visto numa perspectiva mais ampla”.

Com o fortalecimento econômico da burguesia, uma parte da nova população vem morar nas cidades, gerando com isso, conseqüentemente, uma necessidade de mais espaços fortificados³². De acordo com BENEVOLO (1993), “a cidade fortificada da Idade Média -- a qual se adapta bem o nome burgo -- é por demais pequena para acolhe-los; formam-se, assim, diante das portas outros estabelecimentos, que se chamam subúrbios e em breve se tornam maiores que o núcleo original. É necessário construir um novo cinturão de muros, incluindo os subúrbios e as outras instalações (igrejas, abadias, castelos) fora do velho recinto. A nova cidade assim formada contínua a crescer da mesma forma, e constrói outros cinturões de muros cada vez mais amplos”.

Segundo GOITIA (1992), “a necessidade desta muralha, que é característica da cidade medieval, esteve, em muitos casos, na causa da origem das finanças municipais. Esta contribuição adquiriu rapidamente caráter obrigatório, e tornou-se extensiva, além da fortificação, a outras obras comuns, como a manutenção das vias públicas. Quem não se submetia a esta contribuição era expulso da cidade e perdia seus direitos. A cidade, portanto, acabou por adquirir uma personalidade legal que estava acima dos seus membros. Era uma *comuna* com personalidade jurídica própria e independente”.

Nessa mesma direção, BENEVOLO (1993) destaca que essa “nova organização surge, num primeiro tempo, como associação privada, depois se embate os bispos e os príncipes feudais, e se torna um poder público, nasce a comuna, isto é, um Estado com uma lei própria, superior às prerrogativas das pessoas e dos grupos, embora respeitando os privilégios econômicos”.

Ainda segundo o autor, essa cidade-estado medieval “depende do campo para o abastecimento de víveres, e controla de fato um território mais ou menos grande; mas, diferentemente da cidade grega, não concede paridade de direitos aos habitantes dos campos. Permanece uma ‘cidade fechada’: suas relações econômicas e políticas podem ser estendidas à escala nacional ou

³¹ Flandres: região que corresponde à Holanda e Bélgica atuais.

mundial, mas sua política permanece guiada pelos interesses restritos da população urbana. Também esta população, por sua vez, não é um corpo unitário que possa pronunciar-se em comum, como a assembléia nas cidades democráticas gregas; a classe dominante representa conselhos³³ se amplia progressivamente, mas não chega a compreender os trabalhadores assalariados; quando estes entram em luta pelo poder -- durante a crise econômica da segunda metade do século XIV -- são derrotados em toda parte e o governo cai em mãos de um grupo de famílias aristocráticas ou de uma única família: da *comuna* se evolui para senhoria.

De acordo com ZMITROWICZ (1990), “em toda a Europa se inicia um processo de desnivelamento progressivo entre as classes sociais, provocado pela classe nobre, que procura obter para o si o máximo de vantagens, concentrando rendas e ostentando luxo, Há um empobrecimento das aldeias e a perda de direitos por parte dos camponeses, que são impedidos de migrar para as cidades, no intuito de garantir a mão de obra no campo, e obrigados a prestar serviços semanais cada vez mais freqüentes nas lavouras dos nobres. Estes passam a administrar as aldeias e a exercer o poder judiciário em relação aos que se tornam seus servos”.

A cidade medieval permanece caracterizada como cidade-estado³⁴, fechada em si e, mantendo em sua dinâmica, conflitos sociais. Tais conflitos permitem a ascensão da aristocracia como governo.

Segundo BENEVOLO (1993) , nesse mesmo período, novas cidades são fundadas na periferia do mundo europeu, por motivos econômicos ou militares: as *bastides* na França Meridional, por iniciativa dos reis e dos feudatários franceses e ingleses que se combatem na Guerra dos Cem Anos; as *poblaciones* na Espanha, nos territórios que os príncipes cristãos tomam pouco a pouco dos muçulmanos; as *ciudades de colonização* na Alemanha Oriental, conquistadas os Eslavos pelos cavaleiros da ordem Teutônica.

Na opinião de ZMITROWICZ (1990), grande parte das novas áreas urbanas européias foi “fundada e povoada por imigrantes, cujo afluxo era apoiado pelos governantes. Nos séculos XIII e XIV predominavam colonos alemães e flamengos, provenientes de cidades do Império Romano-Germânico, nas quais o grande crescimento demográfico provocou períodos de fome em face a pouca produtividade agrícola”. Segundo o autor, “períodos de fome não eram desconhecidos nas cidades em geral. No ocidente da Europa, houve períodos de fome em 873-4, 941-2, 1005-6, 1043-5, 1124-6, 1144-6, 1196-7, 1224-6, 1315-17”.

³² Segundo BENEVOLO (1993), toda cidade medieval tinha um cinturão de muros para se defender do mundo exterior, e quando crescia, construía muitos cinturões de muros concêntricos.

³³ Nessa época, órgãos de governo da cidade eram: conselho maior, formado pelos representantes das famílias mais importantes; conselho menor, que funcionava como junta executiva e os magistrados, eleitos ou sorteados.

³⁴ Na antiguidade clássica, estado onde a soberania era exercida pelos cidadãos livres de uma cidade independente, estendendo-se aos territórios sob o seu controle direto.

Para BENEVOLO (1993), “o desenvolvimento das cidades-estados e a fundação das cidades novas nos campos se interrompem por volta da metade do século XIV, devido a uma brusca diminuição da população -- por causa de uma série de epidemias, e, sobretudo devido à grande peste³⁵ de 1348-49 -- e ao declínio da atividade econômica”.

Nessa direção, ZMITROWICZ (1990) afirma que o fluxo migratório se interrompeu em meados do século XIV devido à ‘peste negra’ (peste bubônica) que atingiu toda a Europa Meridional e Ocidental, dizimando as suas populações, mais adensadas, mas que teve pouco efeito sobre a Europa Centro-Oriental, de população ainda bastante esparsa.

Durante o século XIV, o centro gravitacional da política européia deslocou-se para os territórios do leste europeu.

Sob o aspecto urbanístico, além do decréscimo da vida urbana e da falência das cidades, a época medieval se reflete, tanto nos elementos que compõem a cidade, quanto no seu desenho, de caráter predominantemente orgânico.

Segundo GOITIA (1992), a cidade medieval apresenta uma forte característica no que diz respeito ao seu aspecto físico. Por necessidades de defesa, a cidade medieval “fica geralmente situada em locais dificilmente expugnáveis: colinas ou sítios abruptos, ilhas, imediações de rios, procurando principalmente as confluências ou sinuosidades, de modo a utilizar os leitos fluviais como obstáculos para o inimigo”.

Em relação ao traçado medieval, o autor afirma que o “fato de ter, muitas vezes, que se adaptar a uma topografia irregular condicionou a fisionomia especial e o pitoresco da cidade medieval. O traçado das ruas tinha que resolver as dificuldades da localização, o que fazia com que elas fossem irregulares e tortuosas. As ruas importantes partiam em geral do centro e dirigiam-se radialmente para as portas do recinto fortificado. Outras ruas secundárias, freqüentemente em círculo a volta do centro, ligavam as primeiras entre si. Em linhas gerais, este padrão, chamado radioconcêntrico³⁶, repete-se muito na cidade medieval”.

Além do enorme número de cidades radioconcêntricas no ocidente medieval, a variedade de esquemas planimétricos das cidades medievais é inesgotável. Para GOITIA (1992)³⁷, alguns dos tipos fundamentais da expressão planimétrica da cidade medieval são: cidades lineares (as construídas ao longo dos caminhos); cidades em cruz (as que possuem duas ruas básicas que atravessam perpendicularmente uma à outra); cidade nuclear (as formadas em torno de um ou

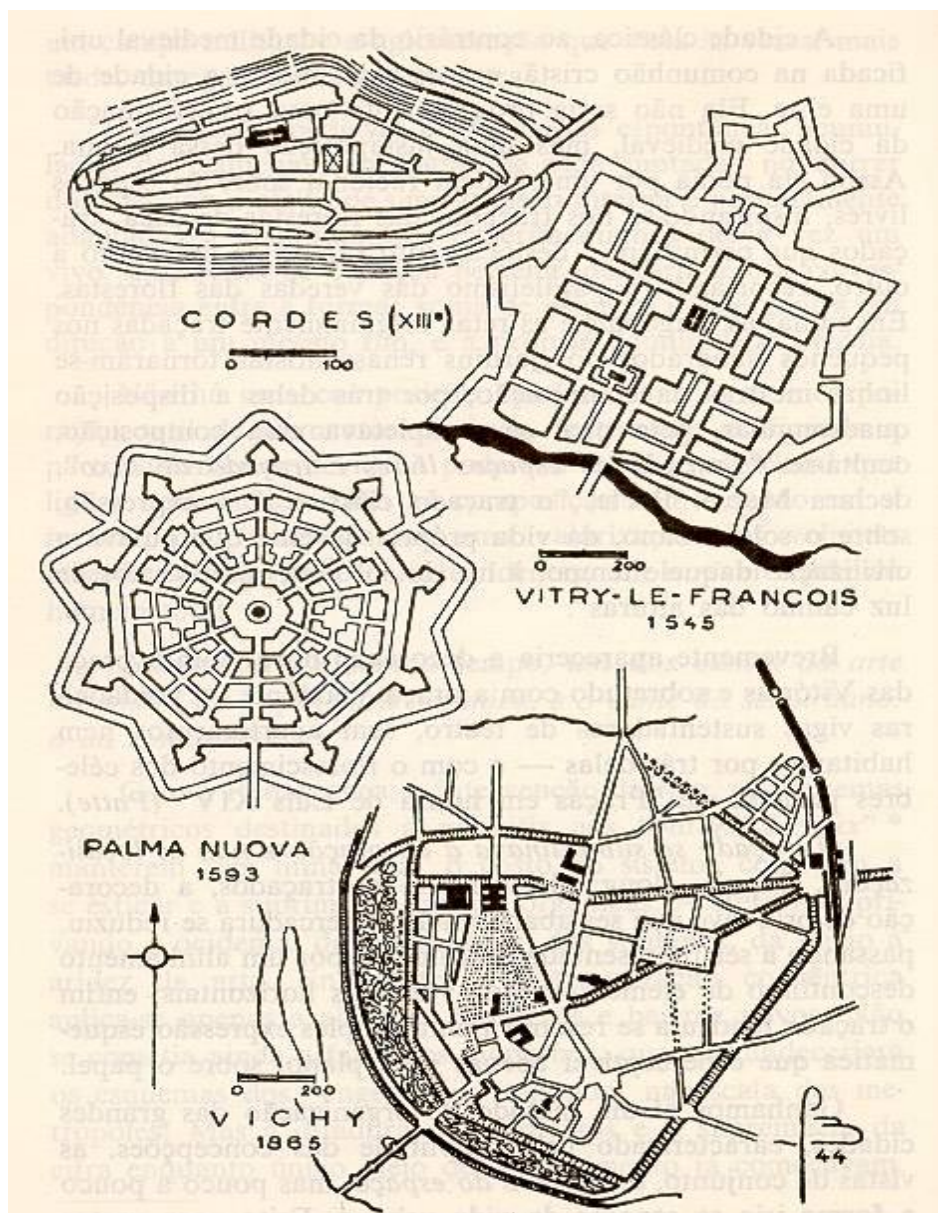
³⁵ O autor se refere a “Peste Negra”, de origem oriental, cujo vírus foi introduzido na Europa em 1348 e se propagou com grande rapidez. Em pouco tempo, a Peste Negra dizimou entre um terço e a metade da população européia. A difusão do vírus foi facilitada por uma série de fatores. Um dos principais foi a inadequação da estrutura urbana à concentração demográfica (ARRUDA, 1993).

³⁶ Esse tipo de plano é feito de círculos e raios, como a teia de uma aranha.

³⁷ O estudo foi realizado por “Luigi Piccinato”, animado pelo intuito de fazer uma espécie de classificação, a qual não deixa de ser ingênua mas que pode ajudar metodologicamente”.

mais pontos dominantes: igreja, catedral, castelo, etc.); cidade espinha de peixe (possuem uma rua principal de onde saem outras secundárias, paralelas entre si mas oblíquas em relação à principal); cidade acrópoles (as que utilizam eminências topográficas) e cidades esquadria (semelhantes à cidade em cruz). Em relação a morfologia, o autor aponta para três tipos fundamentais, que abarcam todas as variantes e diversidades: as irregulares, as radioconcêntricas e as regulares (quadricular e tabuleiro de xadrez).

Em seus estudos, ZMITROWICZ (1990) concluiu que muitos historiadores consideram as cidades modernas uma resultante da evolução das cidades medievais.



Fonte: BARDET (1990)

Figura 6 Esqueletos urbanos: Cordes (século XIII), casando-se estreitamente com a topografia de seu cume; Palma Nuova (1593), traçado da cidade ideal realizado na província de Údine (Itália); Vitry-le-François (1545), cidade em forma de tabuleiro de xadrez; Vichy (1865), combinando as contribuições dos séculos XVII, XVIII E XIX.

10 A cidade do renascimento

10.1 A cidade clássica

Historicamente, o período do renascimento tem origem em 1453³⁸, ocasião em que os turcos conquistam Constantinopla³⁹, pondo um fim no Império Romano do Oriente⁴⁰ e abrindo caminho para uma grande mudança cultural e econômica da sociedade européia. Com a queda de Constantinopla, as principais rotas comerciais do Mar Mediterrâneo se deslocaram para o Oceano Atlântico.

Por volta do final do século XV, a dinâmica da civilização européia muda radicalmente. Antes de 1500, contatos ultramarinos tinham uma importância reduzida, mas com o desenvolvimento da navegação marítima e, posteriormente com o estabelecimento de comércio entre o continente europeu e as novas colônias, o mercantilismo passa a ocupar lugar de destaque no desenvolvimento econômico europeu. A descoberta dos metais preciosos na América robusteceu ainda mais o colonialismo dos países europeus.

Em fins do século XV, a população urbana das cidades européias, com mais de 30.000 habitantes, correspondia a somente 2,5% da população total. Esta baixa proporção é um reflexo da preponderante natureza rural da sociedade pré-industrial.

A partir do século XVI tem início o período das grandes descobertas marítimas, a princípio reservadas às duas nações ibéricas: Portugal e Espanha. No século seguinte, juntam-se a elas: Holanda, Inglaterra e França, dando continuidade à expansão mundial da civilização européia.

Em relação à civilização européia, durante o período do renascimento, GOITIA (1992) afirma que a principal “a atividade urbanística durante o século XV e XVI consiste, em grande parte, em alterações no interior das velhas cidades que, geralmente, modificam muito pouco a estrutura geral”.

Ainda segundo o autor, a “abertura de algumas ruas novas, com edifícios solenes e uniformes, e sobretudo a criação de novas praças, regulares ou quase regulares, para enquadramento de um monumento destacado, uma estátua para honrar um rei ou um príncipe, ou para representações ou festejos públicos, são os empreendimentos urbanos mais apoiados, que o período barroco irá continuar ainda em maior escala”.

Nessa direção BENEVOLO (1993), explica que as cidades e as benfeitorias territoriais criadas durante a Idade Média, na Europa, “bastam para as necessidades da sociedade renascentista e são

³⁸ Na opinião de ARRUDA (1993), é necessário observar que esta divisão tradicional obedece a critérios ligados à história política. Se tomássemos outros pontos de vista, como o econômico, o social ou o religioso, poderíamos encontrar outras datas mais significativas. Por exemplo, a descoberta da América, em 1492, é um fato muito mais importante para a História do Ocidente do que a tomada de Constantinopla pelos turcos em 1453.

³⁹ Constantinopla possuía uma posição geográfica privilegiada: entre a Europa e a Ásia, na passagem do Mar Egeu para o Mar Negro, cercada de água em três lados e protegida por altas muralhas no continente. Constantinopla só caiu em 1453 porque suas grossas muralhas foram destruídas pelos poderosos canhões de Maomé II, construídas por engenheiros saxões. (ARRUDA, 1993)

modificadas só em parte; no resto do mundo, ao contrário, os conquistadores e os mercadores europeus encontram um enorme espaço vazio onde podem realizar novos grandes programas de colonização e urbanização”.

Para GOITIA apud STEWART⁴¹ (1992), “o renascimento é, acima de tudo, um movimento intelectual. No campo do urbanismo, as suas primeiras contribuições são insignificantes se as compararmos com a arquitetura do mesmo período e com as realizações cenográficas⁴², com os grandes panos de fundo do final do barroco”.

O pensamento utópico vigente à época elabora cidades geométricas ideais, com predominância dos traçados regulares e apresentando simetria e proporção rígida na execução das vias e praças. Para BENEVOLO (1993), “as novas cidades seguem um modelo uniforme: um tabuleiro de ruas retilíneas, que definem uma série de quarteirões iguais, quase sempre quadrados; no centro da cidade, suprimindo ou reduzindo alguns quarteirões, consegue-se uma praça, sobre a qual se debruçam os edifícios mais importantes: a igreja, o paço municipal, as casas dos mercadores e dos colonos mais ricos”.

O modelo em tabuleiro, idealizado pelos espanhóis no século XVI para traçar as novas cidades da América Central e Meridional, é aplicado pelos franceses e pelos ingleses no século XVII e no século XVIII, para a colonização da América Setentrional.

Para GOITIA (1992), o grande número de “idéias urbanísticas do Renascimento, que não passaram de teoria, utopia ou exercício intelectual nos países da Europa onde se origem, encontraram o seu campo de realização concreta na América, na obra ingente da colonização espanhola”.

Ainda segundo o autor, um exemplo marcante do uso desse modelo é o ocorrido no Estado Unidos após sua independência. O então presidente Jefferson estabelece em 1785, que os novos territórios localizados a Oeste da costa Atlântica deveriam ser colonizados utilizando um retículo orientado segundo os meridianos e paralelos (cada malha contém 16 milhas quadradas, e pode ser dividida em 2, 4, 8, 16, 32 ou 64 partes menores). Tal fato acabou por estabelecer o padrão geométrico baseado no qual a paisagem urbana e rural do novo mundo será construída.

10.2 A cidade barroca

A transição do período renascentista para o barroco é caracterizada pelo aumento da importância das cidades, principalmente das capitais de Estados e aquelas ligadas ao grande comércio, com destaque para as portuárias. Essas cidades passam a ser também, as capitais políticas e fontes do poder econômico do Estado barroco.

Esse processo acontece em virtude das alterações que ocorrem nas estruturas remanescentes do mundo medieval, onde o mundo político girava em torno dos poderes do rei. Para GOITIA (1992), o

⁴⁰ Outro fato que historicamente marca essa transição é fim da Guerra dos Cem Anos (1337-1453) entre França e Inglaterra.

⁴¹ STEWART, Cecil. *A Prospect of Cities*. Londres, 1952, p.100 (GOITIA, 1992).

⁴² Cenografia: Arte e técnica de projetar e dirigir a execução de cenários para espetáculos de teatrais.

“Estado nacional moderno, surgido da estrutura agrária da civilização medieval, acaba por ser o que destrói, que modifica profundamente a ordem de coisas antigas, que provoca o desequilíbrio na distribuição da população, voltando mais uma vez à instauração da grande cidade como elemento político e social decisivo. O Estado transeunte começa a encontrar dificuldades cada vez maiores para transportar consigo as suas instituições. Os ministros, os servidores, os instrumentos do governo, os papéis, a correspondência, etc., etc. constituíam uma bagagem cada vez mais pesada para poder ser transportada de uma localidade para outra neste constante tráfego. O monarca e seus colaboradores mais imediatos no governo já não chegavam para vigiarem tudo eles próprios e acorrerem a toda à parte para levar pessoalmente as soluções reclamadas”.

Nessa direção, o autor explica que “era necessário, por conseguinte, criar um instrumento burocrático impessoal e delegar a autoridade de uma maneira ou de outra. O resultado foi uma burocracia permanente sediada numa corte permanente; os seus arquivos, chancelarias, tribunais, etc., etc. encontravam-se em edifícios permanentes. E assim surge a capital como conceito de tal permanência; a capital, que é uma criação inteiramente moderna, uma criação a que podemos chamar barroca, dando a este termo a amplitude que se lhe confere geralmente no campo da cultura”.

Ainda segundo o autor, se a cidade, no mundo antigo, era um fato primário, e o Estado um fato secundário, concebido e estruturado à imagem e semelhança da cidade soberana, no mundo barroco o processo era inverso: O Estado nacional era o fato primário, e a cidade era a condensação localizada dos instrumentos políticos exigidos pelo Estado. (...) Com o nascimento da grande cidade, capital política do Estado barroco, a estrutura do mundo medieval altera-se profundamente, e muitas das suas antigas instituições são asfixiadas pelas novas instituições do Estado e pela cidade burocrática.

MUMFORD (1982), escreve que “lei, ordem, uniformidade -- tudo isso são, pois, produtos especiais da capital barroca; mas a lei existe para confirmar a situação e assegurar a posição das classes privilegiadas; a ordem é uma ordem mecânica, baseada não no sangue, na vizinhança ou nas afinidades de parentesco e nas afeições, mas na sujeição ao príncipe reinante; e quanto à uniformidade -- é a uniformidade do burocrata, com seus escaninhos, seus processos, sua papelada, seus numerosos métodos de regularizar e sistematizar a coleta de impostos. Os meios externos de impor esse padrão de vida acham-se no exército; seu braço econômico é a política capitalista mercantil; e suas instituições mais típicas são o exercito permanente, a bolsa, a burocracia e a corte”.

Em relação aos aspectos físicos, o traçado das cidades barrocas não apresenta diferenças significativas em relação às cidades clássicas. A cidade barroca é a herdeira dos estudos teóricos do renascimento onde os esquemas se baseavam na pura harmonia geométrica com independência da percepção visual. Nesse período, desejava-se criar uma cidade como obra de arte de imediata percepção visual, usando como instrumento a *perspectiva*. Os principais fundamentos do urbanismo barroco são: a linha reta, a perspectiva monumental, o programa e a uniformidade. (IDOETA, 1979)

Durante o período barroco, em matéria de urbanismo predominava com grandeza a França. O urbanismo francês do grande século possui um tema que será largamente adotado pelo barroco: a praça monumental dedicada a servir de quadro à estátua do rei. A praça de Concórdia, em Paris é um exemplo deste estilo.

Pode-se afirmar também que ao período barroco corresponde uma parte importante na constituição da cidade moderna com todas as suas exigências de vida e arte.

11 A cidade na era industrial

A última e fundamental mudança das cidades foi gerada por uma complexidade de acontecimentos a que se denominou "Revolução Industrial".

A revolução industrial é quase imediatamente seguida por um explosivo crescimento demográfico das cidades, primeiro na Inglaterra, seguida pela França e Alemanha. Após 1850, enquanto a população mundial quadruplica, a população urbana se multiplica por dez. Esse grande crescimento da população urbana é consequência de progressos científicos e técnicos realizados a partir da metade do século XVIII. (HAROUEL, 1990)

Na Inglaterra, berço da revolução industrial, a cidade de Londres, por exemplo, passa de 864.845 habitantes em 1801 a 1.873.676 em 1841 e 4.232.118 em 1891: em menos de um século sua população praticamente quintuplicou. Paralelamente, o número de cidades inglesas com mais de cem mil habitantes passou de duas para trinta, entre 1800 e 1895. (CHOAY, 1979)

O aumento de população, tanto urbana quanto rural, ocorreu devido à diminuição da taxa de mortalidade. Este mecanismo de crescimento dá origem a uma mudança da composição interna - aumenta a porcentagem da população jovem, pela queda da mortalidade infantil - e interrompe, sobretudo, o secular equilíbrio das circunstâncias naturais, pelo qual cada geração tendia a ocupar o lugar das precedentes e a repetir o seu destino.

À medida que aumenta o número de habitantes, muda a sua distribuição no território como efeito das transformações econômicas. As primeiras transformações dizem sobretudo respeito à organização do trabalho, criando as premissas para uma mudança completa na técnica produtiva, acelerando o desenvolvimento e a concentração do novo sistema econômico.

No campo, o parcelamento das antigas terras comuns em redor das aldeias torna possível uma melhor utilização do solo e transforma gradualmente os cultivadores diretos em arrendadores ou assalariados, coagidos a um nível de vida forçado, pouco superior ao mínimo necessário para sobreviver. A alternativa para este estado de coisas era o trabalho industrial, sobretudo o têxtil, que desde há muito estava organizado nos campos, nos domicílios dos camponeses.

Os comerciantes forneciam a matéria prima e recebiam o produto acabado, pagando o trabalho feito por empreitada. Os tecelões usam então a máquina inventada em 1733 pelo relojoeiro J. Kay que permitia que cada operário trabalhasse sozinho no tear. Em 1764 o carpinteiro Hargreaves inventou

um novo tipo de máquina que tornava possível a um só operário manobrar mais fios. A produção entretanto ficava limitada pela energia que o trabalho muscular permitia. Para ir além era necessário substituir o braço do homem por um impulso mecânico.

Em 1771, o barbeiro R. Arkwright inventou a primeira máquina de fiação movida a energia hidráulica. Em 1778 o reverendo E. Cartwright inventou a primeira tecedeira mecânica; pouco depois, entre 1785 e 1790, descobriu-se uma forma de substituir a energia hidráulica recorrendo à máquina a vapor de Watt, patenteada em 1769.

De acordo com BENEVOLO (1987), “a indústria têxtil tinha portanto de abandonar a antiga organização dispersa e concentrar-se em grandes oficinas onde pudesse dispor da necessária força motriz; primeiro, próximo dos cursos de água e depois das minas de carvão, necessárias para alimentar a máquina de Watt”.

Em 1783 H. Cort descobriu a maneira de utilizar o carvão nos processos de laminagem, fazendo com que a siderurgia se tornasse apta a alimentar a indústria mecânica. As fundições com seus altos fornos passam a se deslocar das regiões de floresta para as regiões mineiras.

Essas descobertas favorecem o aparecimento do industrialismo e, conseqüentemente, do capitalismo. Para o desenvolvimento do capitalismo contribui a existência de capital usurário e comercial, mão-de-obra assalariada abundante e mercado consumidor. O industrialismo se desenvolveu primeiro na Inglaterra na indústria têxtil, que assume papel de destaque nesse período.

A preparação doutrinária para esse complexo processo econômico, social e tecnológico, teve como base as teorias de Adam Smith (1723-1790), Jeremias Bentham (1748-1832) e Stuart Mill (1806-1873), cujas doutrinas constituíram o embasamento ideológico do desenvolvimento industrial e capitalista. (GOITIA, 1992)

Na Inglaterra principalmente, o desenvolvimento das indústrias e a sua concentração em grandes oficinas atraíram muitas famílias dos distritos agrícolas para os distritos mineiros, dando origem a novas cidades; neste período também muitas das cidades antigas cresceram desmedidamente.

Devido às exigências do comércio e especialmente para o transporte de grande quantidade de mercadorias e de peso específico elevado, tais como o carvão e os minerais ferrosos, foi renovada a rede de transportes. Em 1767, R. Reynolds constrói o primeiro carril em ferro fundido para o transporte de carvão, mas só em 1825 com a invenção da locomotiva de Stephenson, se iniciou o desenvolvimento das estradas de ferro, marcando assim decisivamente os decênios seguintes. (BENEVOLO, 1987)

A revolução demográfica e industrial transforma radicalmente a distribuição dos habitantes no território e as carências dos novos locais de fixação começam a manifestar-se em larga escala, na ausência de providências adequadas. As famílias que abandonavam o campo e afluíam aos aglomerados industriais ficavam alojadas nos espaços vazios disponíveis dentro dos bairros antigos,

ou nas novas construções erigidas na periferia, que rapidamente se multiplicaram formando bairros novos e extensos em redor dos núcleos primitivos.

Apesar destes fatos, as casas ocupadas pelas famílias operárias nas cidades não podem ser consideradas uma a uma, pior do que as casas do campo de onde essas mesmas famílias provinham em grande parte. A diferença entretanto fica evidente se forem considerados os problemas derivados das relações recíprocas entre as casas e os outros edifícios, no corpo compacto da cidade industrial; as carências higiênicas relativamente suportáveis no campo tornam-se insuportáveis na cidade, pela contigüidade e o número elevado das novas habitações.

O adensamento e extensão sem precedentes dos bairros operários tornam quase impossível o escoamento dos detritos; ao longo das ruas correm águas servidas e esgotos a descoberto, e qualquer recanto está cheio de amontoados de lixo e imundices. Os bairros residenciais são construídos preferencialmente próximos dos locais de trabalho, pelo que as casas e as oficinas ficam amiúde em contato, alternando-se sem qualquer ordem e perturbando-se mutuamente.

A cidade industrial é um fato novo, que surge num tempo limitado afetando todo o desenvolvimento da sociedade, da economia e das cidades. Não havia então um sistema razoável para controlar seus processos, mas a capacidade do homem e a força das máquinas, da mesma forma que originaram esta realidade, poderiam também mudar-lhe o curso.

12 A evolução urbana e a teorias do urbanismo moderno

No período de 1800 a 1914, a população européia passa de 180 milhões para 460 milhões de pessoas, sem acrescentar aí um contingente de outros 100 milhões, que emigraram para as Américas.

Com o volume populacional triplicado, ocorre a concentração da população em aglomerações a serviço das indústrias - é o fenômeno da urbanização criando novas cidades e transformando por completo as já existentes. Tal fenômeno traz em consequência, uma realidade que merece ser estudada. Afinal os problemas urbanos são de tal monta que surgem propostas e justificativas para projetos e ações procurando resolvê-los.

Foi na Inglaterra, origem da grande indústria, que a miséria dos guetos de trabalhadores sensibilizou e revoltou algumas parcelas da sociedade, fazendo multiplicar, por volta de 1816, as reações contra o que se denominava: "a cidade monstruosa".

O urbanismo é então a disciplina que procura entender e solucionar os problemas urbanos. O termo urbanismo é relativamente recente, e segundo G. Bardet este termo surgiu pela primeira vez em 1910. No entanto, conforme BENEVOLO (1971) pode-se dizer que o urbanismo moderno nasceu até mesmo antes de se utilizar este termo, isto é, entre 1830 e 1850.

A cidade industrial neste período é caracterizada pelo congestionamento e pela insalubridade; sem um sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário e sem coleta de lixo atendendo à

população de operários, surgem epidemias difíceis de serem controladas, além de doenças que prejudicam a população como um todo.

Esta cidade é construída pela iniciativa privada, buscando o máximo lucro e aproveitamento, sem nenhum controle. Surge então a necessidade de uma ação pública, ordenando e propondo soluções que até o momento eram implementadas apenas pelo setor privado, com objetivos individuais, de curto prazo e em escala reduzida.

É desta época o urbanismo sanitarista, com preocupação básica de melhorar as condições de salubridade nas cidades, coordenando a iniciativa privada, com objetivos públicos e gerais.

Em Londres observa-se um grave problema de poluição no Tâmis; a captação de água se faz no mesmo rio aonde são despejados os esgotos, sendo este fato uma causa permanente de epidemias. Para controlar e evitar os graves problemas de saúde pública observados, em 1848 é aprovada a primeira lei sanitária, a Public Health Act. Esta lei é a precursora dos Códigos Sanitários brasileiros.

Esta legislação é a base de todas as demais que procuram atuar no espaço urbano garantindo condições de salubridade: abastecimento de água e controle de sua potabilidade, canalização de esgotos, drenagem de áreas inundáveis, abertura de vias e vielas sanitárias. Com preocupações sanitárias foram reurbanizadas várias cidades industriais inglesas: Londres, Manchester, Liverpool, Birmingham, Leeds.

As leis sanitárias evoluíram para uma legislação especificamente de natureza urbanística, definindo as densidades, critérios para a implantação de loteamentos, distância entre edificações, seus gabaritos de altura, e até a característica de cada edificação, isto é, espaços, aberturas e materiais a serem empregados. Os regulamentos urbanísticos atualmente existentes, as leis de zoneamento, uso e ocupação do solo e os códigos de edificações, tem como origem esta preocupação sanitarista de se criar um ambiente salubre e adequado.

Nos Estados Unidos, observa-se no início do século XIX um grande crescimento industrial, que impulsiona o desenvolvimento urbano. Nesta época, New York que conta com 100 000 habitantes, concentrados na ilha de Manhattan, cresce de forma desordenada. Para organizar este crescimento urbano, uma Comissão estuda por 4 anos um projeto de urbanização quem vem a ser proposto e implementado em 1811.

Este plano recorta a ilha de Manhattan com uma malha uniforme de vias ortogonais: 12 "avenues" no sentido longitudinal, com quase 20 quilômetros de comprimento, e 155 "streets" perpendiculares a elas, com 5 quilômetros. Um imenso parque, o Central Park, é construído em 1858. Até hoje este é o grande exemplo do urbanismo americano, cartesiano e racional, rígido em sua concepção viária, mas que admite flexibilidade nas construções dos edifícios em seus quarteirões.

Na França as preocupações urbanas foram de outra natureza. Ali se implantou o que se pode conhecer como o urbanismo estético-viário. O grande mentor desta tendência é o barão Haussman que foi prefeito do Sena, em Paris, no período de 1853 a 1870. Neste período renovou o aspecto de

Paris, com a abertura de grandes espaços urbanos e avenidas, modificando os velhos quarteirões ainda medievais. Na prática, sobrepõe à cidade existente, uma nova rede de avenidas, com edificações de caráter monumental, sede dos poderes governamentais e civis mais importantes.

Na então periferia implanta as avenidas de circunvalação e transforma os Bois de Bologne e de Vincennes em espaços públicos urbanos.

A 'Étoile' (estrela) de avenidas tendo ao centro o Arco do Triunfo, junto com a avenida dos Champs Elysées é a maior expressão de Haussman. Este urbanismo estético-viário, "nascido ao tempo das carruagens e dos bondes puxados a burro, no final do século XIX, será, na primeira metade do século XX, extremamente funcional para o surgimento e a implantação plena das cidades contemporâneas, dos veículos automotores: o bonde elétrico, os ônibus, os caminhões e os próprios automóveis". (CAMPOS FILHO, 1989)

Haussman influenciou várias outras cidades na França, nas colônias francesas e na Europa tais como Torino, Viena, Bruxelles.

Ao nível das idéias, os primeiros intelectuais a estudar e a propor formas para corrigir os males da cidade industrial polarizaram-se em dois extremos: ou se defendia a necessidade de recomeçar do princípio, contrapondo à cidade existente novas formas de convivência ditadas exclusivamente pela teoria, ou se procurava resolver os problemas singulares e remediar os inconvenientes isoladamente, sem ter em conta suas conexões e sem ter uma visão global do novo organismo citadino.

Ao primeiro caso pertencem os chamados utópicos - Owen, Saint-Simon, Fourier, Cabet, Godin - que não se limitam contudo a descrever a sua cidade ideal, mas se empenham em pô-la em prática; ao segundo caso pertencem os especialistas e funcionários que introduzem na cidade os novos regulamentos de higiene e as novas instalações e que, tendo de encontrar os meios técnicos e jurídicos para levar a cabo estas modificações, dão efetivamente início à moderna legislação urbanística.

Os urbanistas utópicos dão origem a uma posição antiurbana e que se opõe à industrialização, surgindo então as proposta de cidades-jardim. O industrial inglês Ebenezer Howard, estabelece de forma definitiva a teoria da Garden-City, através de duas publicações: Tomorrow (1898) e Garden-cities for Tomorrow (1902).

Em seu trabalho, Howard estabelece os três princípios fundamentais de sua teoria: eliminação da especulação dos terrenos (deveriam pertencer à comunidade, que os alugaria); controle do crescimento e limitação da população (a cidade deveria estar cercada por um cinturão agrícola e a cifra ideal da população seria em torno de 30.000 habitantes) e deveria existir um equilíbrio funcional entre cidade e campo, residência, comércio e indústria etc. Uma adaptação deste modelo, no que diz respeito ao traçado viário, serviu de referência à urbanização do Pacaembu e dos Jardins Europa, América, Paulista, em São Paulo, desenvolvido nos anos 20, tanto pela Companhia City como por outras loteadoras sob sua influência.

A explosão urbana verificada na Europa provocou também uma reflexão sobre as decorrências sociais econômicas e físicas, verificadas no processo de industrialização.

Essa reflexão sobre a cidade assume dois aspectos distintos. O primeiro aspecto refere-se ao movimento descritivo, no qual observam-se os fatos de forma isolada, caracterizando os problemas urbanos e sociais como fenômeno patológico, criando metáforas como câncer e tumor, para definir as cidades. O segundo aspecto refere-se ao movimento político: a busca do entendimento dos fenômenos urbanos através das relações econômico-sociais, destacando-se as obras de Engels e Marx.

Antes de 1914, ano da primeira guerra mundial, pode-se registrar os trabalhos de Tony Garnier na França, Walter Gropius na Alemanha e Hendrik Petrus Berlage na Holanda. Estes urbanistas europeus progressistas e racionalistas procuram conceber cidades ordenadas com uma conjugação de soluções utilitárias e plásticas.

O pensamento urbanista progressista consolida-se, culminando com a criação em 1928, dos C.I.A.M., Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna. As idéias dominantes destes profissionais, entre eles, Le Courbusier, Gropius, Rietveld, Sert, Van Eesteren, Lucio Costa, Neutra e outros, foram condensadas no documento conhecido como a Declaração de La Sarraz, datado de 28 de junho de 1928, que assim conceitua o Urbanismo: ‘O Urbanismo é a disposição dos lugares e dos locais diversos que devem resguardar o desenvolvimento da vida material, sentimental e espiritual, em todas as suas manifestações individuais e coletivas. Ao Urbanismo interessam tanto as aglomerações urbanas como os agrupamentos rurais. As três funções fundamentais do Urbanismo são: habitar, trabalhar e recrear, e os seus objetivos são: a ocupação do solo, a organização da circulação e a legislação’’. (BIRKHOLZ, 1967)

Iniciado em 29 de julho de 1933 a bordo do navio ‘Patris II’, o quarto Congresso Internacional de Arquitetura Moderna - C.I.A.M., cujo tema foi a ‘Cidade Funcional’, foi concluído dias após em Atenas. Durante a viagem, cem delegados analisaram trinta e três cidades, de quatro continentes. Utilizaram para isso dois mapas na escala 1:10.000, um documentando as atividades residenciais, atividades produtivas e áreas públicas equipadas; outro documentando o tráfego e a rede viária. Empregaram ainda um mapa, em escala 1:50.000, assinalando a cidade com seu entorno imediato, suas ligações suburbanas e as características do relevo e da paisagem. As conclusões deste encontro foram reunidas na Carta de Atenas.

Para a elaboração da Carta de Atenas, partiu-se da premissa que as transformações das estruturas sociais e da ordem econômica deveriam ter uma correspondência com a transformação do fenômeno arquitetônico. Nesse contexto, o urbanismo era uma das chaves para uma mudança qualitativa da sociedade e da vida humana.

Esses técnicos insistem particularmente no fato de que ‘construir’ é uma atividade elementar do homem, ligada intimamente a evolução da vida. Um dos principais fundamentos da Carta de Atenas

estabelece que a "cidade é parte de um conjunto econômico, social e político, que constitui a Região. Não se pode abordar um problema de urbanismo sem referência constante aos elementos constitutivos da Região".

Em relação ao urbanismo, afirma a Carta de Atenas, que não se pode submeter às regras de um esteticismo gratuito e esterilizante. O urbanismo deve ser por sua própria essência, de ordem funcional.

De acordo com a Carta de Atenas, a cidade possui quatro funções fundamentais, pelas quais o urbanismo deve velar são: habitar; trabalhar; circular e cultivar o corpo e o espírito, sendo seus objetivos: a ocupação do solo, a organização da circulação e a legislação.

O parcelamento desordenado do solo, fruto de partilhas, de vendas e especulação, deve ser substituído por uma economia territorial de reagrupamento. Considera o urbanismo uma ciência de três dimensões e não apenas de duas, propondo uma intervenção no elemento altura de forma a dar uma solução para as circulações modernas, assim como para o cultivo do corpo e do espírito, mediante a exploração dos espaços livres assim criados.

A Carta de Atenas sintetiza o conteúdo do Urbanismo Racionalista, também chamado de Urbanismo Funcionalista, o qual supunha a obrigatoriedade do planejamento regional e intra urbano, a submissão da propriedade privada do solo urbano aos interesses coletivos, a industrialização dos componentes e a padronização das construções, a edificação concentrada, porém adequadamente relacionada com amplas áreas de vegetação. Admite ainda o uso intensivo da técnica moderna na organização das cidades, o zoneamento funcional, a separação da circulação de veículos e pedestres, a eliminação da rua corredor e uma estética geometrizarante.

Os homens eram vistos como uma soma de constantes bio-psicológicas, ignorando-se tanto as diferenças presentes nas diversas culturas quanto às diferenças de classe no interior das sociedades. Como exemplo, planos urbanísticos inspirados na Carta de Atenas são propostos para a França, Japão, Estados Unidos, Rio de Janeiro e Argel.

Brasília, projeto de Lúcio Costa, é o resultado acabado de um urbanismo que tem como origem a Carta de Atenas: zonas urbanas bem definidas e separadas (edifícios públicos, setor residencial, hoteleiro, comercial, bancário), grandes espaços entre as edificações, circulação bem definida e eficiente. Chandighard na Índia, projeto de Le Corbusier, é também um outro exemplo deste urbanismo racionalista-progressista.

Este urbanismo propunha para o espaço um tratamento homogêneo que não incorporava a análise das diferenças de classe. O crescimento desmesurado das cidades é visto como produto da ação de interesses privados conjugados à displicência do poder público; porém em nenhum momento são aventados os mecanismos econômicos de natureza estrutural que condicionam a produção e o consumo da mercadoria espaço, as peculiaridades de sua natureza e o papel do poder público em sua realização.

Cidades como Brasília e Chandighard foram construídas a partir de um espaço vazio e disponível, situação muito particular no caso das intervenções urbanas.

A partir da elaboração da Carta de Atenas, as idéias sobre Urbanismo evoluíram rapidamente. Em setembro de 1952, em La Tourrette - França, em reunião do “Grupo Economia e Humanismo”, são fixadas as novas dimensões do Planejamento Territorial, através da “Carta do Planejamento Territorial”.

Esse documento diz que o “objetivo do Planejamento Territorial é criar pela organização racional do espaço e implantação de equipamentos apropriados, as condições ótimas de valorização da terra e as situações mais convenientes ao desenvolvimento humano de seus habitantes”.No documento estão estabelecidas as vinculações entre as quatro idéias básicas do Planejamento Territorial: a organização do espaço, o apetrechamento do território, o seu aproveitamento econômico e o desenvolvimento do homem. (BIRKHOLZ, 1967).

Posteriormente, em 1958, realiza-se em Bogotá - Colômbia, o “Seminário de Técnicos e Funcionários em Planejamento Urbano”, sob os auspícios do Centro Interamericano de Vivenda e Planejamento - CINVA, ocasião em que é elaborada a Carta dos Andes, que constitui um documento sobre o Planejamento Territorial Contemporâneo. Segundo a definição da Carta dos Andes: “planejamento é um processo de ordenamento e previsão para conseguir, mediante a fixação de objetivos e por meio de uma ação racional, a utilização ótima dos recursos de uma sociedade em uma época determinada. O Planejamento é, portanto, um processo do pensamento, um método de trabalho e um meio para propiciar o melhor uso da inteligência e das capacidades potenciais do homem para benefício próprio e comum” (BIRKHOLZ, 1967)

Durante o século XX, muitas teorias que surgem para explicar o fenômeno urbano influenciam as ações urbanas, os casos concretos de intervenção no espaço da cidade. Entre eles podemos citar: Perroux, com o conceito de pólos de desenvolvimento, Christaller, com a teoria dos lugares centrais, Burgess, com a estrutura de círculos concêntricos de densidade decrescente, Von Thunen, com o papel da acessibilidade e do sistema de transportes.

13 O urbanismo na cidade do presente

Na opinião de GOITIA (1992), o grande desenvolvimento das cidades e das formas de vida urbana é um dos fenômenos que melhor caracteriza nossa civilização contemporânea. A cidade não é um feito recente: é resultante de um processo histórico. Ao longo deste século e do passado observa-se um aumento vertiginoso da migração da população rural para as cidades. Tal fato tem modificado a distribuição da população mundial.

Ainda segundo o autor, uma das grandes marcas desse século tem sido o “formidável crescimento dos grandes centros urbanos, que não se verificava anteriormente porque o avanço demográfico geral era muito mais lento e porque esse excedente demográfico não era absorvido desproporcionalmente

pelas grandes cidades”. Contudo, nas últimas décadas, o ritmo de crescimento das cidades está sendo muito superior ao das possibilidades de previsão das autoridades públicas, a sua capacidade de assimilar os problemas e geralmente dos recursos disponíveis para proceder às reformas de grande vulto que se fazem necessárias para criar novas estruturas eficazes.

Uma parte da população que chega às cidades é forçada a se distribuir nos locais mais “miseráveis e abandonados, invadindo propriedades alheias ou zonas com condições urbanas inadequadas. Isto deu lugar aos chamados *bidonvilles* das cidades francesas ou argelinas, as *chabolas* (barracas de madeira) ou chabolismo espanhol, as famosas favelas brasileiras, os ranchos venezuelanos, etc. Não há cidade em processo de crescimento agressivo que não sofra destas manifestações patológicas”. (GOITIA, 1992).

Para ABIKO (1990), as reflexões incidentes sobre a situação habitacional nos grandes centros urbanos mostram que as soluções mais significativas encontradas pela população pauperizada para resolver seu problema imediato de falta de um "teto" podem ser caracterizadas de acordo com os diferentes tipos de moradia atualmente existentes, tais como os cortiços, as casas precárias de periferia, os barracos de favelas e os sem-tetos.

Localizadas em sua maioria em ambientes degradados, clandestinos e sem infra-estrutura, essas moradias constituem, segundo ABIKO e IMPARATO (1993), assentamentos *peri urbanos* que distinguem um processo diferenciado de produção de cidades, com características próprias de constituição, crescimento e mudança com o decorrer do tempo.

Esses assentamentos *peri urbanos* são para alguns o lugar de onde começam a subir socialmente enquanto que para outros será o último degrau de uma dolorosa decida na escala social.

Para GOITIA (1992), “os organismos oficiais, planejadores e urbanistas são lentos nas previsões e ainda mais nas realizações. Enquanto delimitam as zonas convenientes e planificam na sua base, preparando soluções para o crescimento, a realidade, com os imperativos violentos, rompe pelos lugares mais imprevistos e incongruentes; e quando as autoridades resolvem tê-los em conta, deparam com uma realidade ingrata e volumosa, que modifica os dados de um problema que se projetava abordar serenamente nos estiradores⁴³ de desenhos. (...) A cidade vai-se transformando com um crescimento que nem é ordenado por via técnica, nem pausado e orgânico por via natural”.

Por conseguinte, esse crescimento urbano produz tanto problemas nos núcleos centrais, quanto nas periferias das cidades que sofrem com a falta de acessos e de transporte coletivo. Toda ordenação espacial é questionável se não existir uma adequada acessibilidade, meios de transporte público eficazes e uma rede viária capaz e inteligentemente planejada para atender toda a demanda necessária. (GOITIA, 1992)

A cidade moderna tem se deixado levar em demasia pelas prioridades definidas pelo tráfego. Para alguns, o tráfego é primordial e a sua solução deve orientar todas as outras soluções urbanas. “Não

faz sentido planificar com vista ao tráfego sem planificar ainda mais profundamente com vista a outras necessidades humanas”. (GOITIA, 1992)

Questiona-se qual o urbanismo adequado para esta cidade moderna, principalmente nas cidades dos países em desenvolvimento.

O termo urbanismo é quase que empregado exclusivamente nas situações aonde irá se desenhar ou projetar uma nova cidade, a partir de um espaço desocupado e vazio. Esse fato não ocorre, especialmente nos países em desenvolvimento, onde se procura uma ação urbana sobre o existente, com recursos limitados e com todas as condicionantes de natureza social e política. Nessa direção, a ação urbana cada vez mais distancia-se do urbanismo clássico para aproximar-se de um entendimento da cidade enquanto um empreendimento.

A cidade enquanto empreendimento deverá satisfazer às necessidades individuais e coletivas dos vários setores de sua população; para tanto deve-se articular recursos humanos, financeiros, institucionais, políticos e naturais para sua produção, funcionamento e manutenção. A este processo dirigido para operar a cidade, dá-se o nome de gestão urbana.

A gestão urbana é portanto uma ação política, componente do governo da cidade, responsável pela elaboração de políticas públicas, pela sua concretização em programas e pela execução dos projetos.

14 Referência Bibliografia

- ABIKO, A.K. **Habitação, favela e sua urbanização**. São Paulo, 1990. Apresentado ao Curso Urbanização de Favelas, ministrado por ABIKO, A.K. et al. FDTE/EPUSP.
- ABIKO, A.K.; IMPARATO, I.G.P. Grupo de trabalho sobre urbanização: resumo executivo. Apresentado ao **Workmeeting: Urbanização, abastecimento de água e saneamento**. São Paulo, EPUSP, 1993.
- ARRUDA, J.J.A. **História antiga e medieval**. 16ª ed. São Paulo, Editora Ática, 1993.
- BARDET, G. **O urbanismo**. Trad. F.C.Nascimento. Campinas. Papyrus, 1990.
- BENEVOLO, L. **Storia dell'architettura moderna**. Bari, Editori Laterza, 1971.
- _____. **As origens da urbanística moderna**. 2ª ed. Lisboa. Editorial Presença, 1987.
- _____. **História da Cidade**. São Paulo, Editora Perspectiva, 1993.
- BIRKHOLZ, L. B. **O ensino do planejamento territorial**. São Paulo, 1967, Tese (Provimento de Cátedra) - FAUUSP.
- CAMPOS FILHO, C. M. **Cidades brasileiras: seu controle ou o caos: o que os cidadãos devem fazer para a humanização das cidades no Brasil**. São Paulo, Nobel, 1989.
- CHOAY, F. **O urbanismo**. São Paulo, Editora Perspectiva, 1979.
- FINLEY, M.I **Economia e sociedade na Grécia antiga**. São Paulo, Martins Fontes, 1981.
- FORATTINI, O.P. **Ecologia, epidemiologia e sociedade**. São Paulo. Editora Artes Médicas, 1992.
- GOITIA, F.C. **Breve história do urbanismo**. Lisboa, Editorial Presença, 1992.

⁴³O autor refere-se as pranchetas de desenho

- HAROUEL, J.L. **História do Urbanismo**. Campinas, Papirus, 1990.
- IDOETA, I. **Textos dirigidos ao planejamento**. Mogi das Cruzes, s.ed., 1979.
- JULES, F. Bases perceptivas do projeto arquitetônico. In: SNYDER, J.C.; CATANESE, A. **Introdução à arquitetura**. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1984.
- MACAULAY, D. **Construção de uma Pirâmide**. São Paulo, Martins Fontes, 1988.
- _____. **Construção de uma cidade romana**. São Paulo, Martins Fontes, 1989.
- MCEVEDY, C. **Atlas da história antiga**. Trad. Antonio G. Mattoso. 2 ed. São Paulo, Editora Verbo, 1990.
- MUMFORD, L. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas**. 2.ed. São Paulo, Livraria Martins Fontes Editora, 1982.
- NONELL, J.B. **Atlas de história da arte**. Barcelona, Edições Jover, 1977.
- OLIVEIRA, L. **História da Civilização**. 6.ed. São Paulo, Melhoramentos, 1940.
- ZMITROVICZ, W. **O desenvolvimento urbano: a Europa não romana**. São Paulo. EPUSP. Boletim Técnico, 1990. 29p.
- VICENTINO, C. **História: memória viva - da Pré História à Idade Média**. São Paulo. Editora Scipione, 1995.